



**AGENDA DE PRIORIDADES
DE PESQUISA EM
DIREITOS HUMANOS**

2024

ReneDH

Rede Nacional de Evidências em Direitos Humanos

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	3
INTRODUÇÃO	4
METODOLOGIA	5
TEMAS PRIORITÁRIOS	7
AGRADECIMENTOS	8
REFERÊNCIAS	8
ANEXO 1	9
APÊNDICE 1	38



SUMÁRIO EXECUTIVO

A **Agenda de Prioridades de Pesquisa em Direitos Humanos (APPDH - 2024)** é uma estratégia de levantamento de temas prioritários de pesquisa com objetivo de fomentar a produção, o uso e a institucionalização de dados, informações e evidências em direitos humanos no Brasil. Essa medida é um esforço inicial de fortalecimento das políticas informadas por evidências, executado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

É importante destacar que o processo de priorização de pesquisas em direitos humanos não se encerra neste documento. Pelo contrário, a APPDH - 2024 representa apenas o início da promoção de estratégias de Tradução do Conhecimento para fins de aproximação entre gestores, pesquisadores e sociedade nos temas associados aos direitos humanos, no intuito de ofertar subsídios técnico-científicos para a tomada de decisão qualificada de políticas e programas em benefício das pessoas.

O documento apresenta propostas de prioridades a partir do olhar das Secretarias Nacionais do órgão, já que é eminente que, pelo menos no primeiro momento, as demandas de pesquisa possam partir de problemas públicos relevantes e reconhecidos pelos gestores dos programas e das políticas em direitos humanos. Na sequência, é previsto um aprofundamento das prioridades de pesquisa, em um esforço conjunto de mais *stakeholders* envolvidos.

Nesse sentido, a APPDH-2024 será apresentada a partir de princípios norteadores, que também estão concretizados na principal estratégia colaborativa de instituições para promoção de evidências em direitos humanos: a Rede Nacional de Evidências em Direitos Humanos (ReneDH). Esses princípios são:

- A promoção da justiça social e da cidadania por meio da observância dos direitos humanos na sociedade brasileira;

- A promoção do uso de informações estratégicas e evidências que orientem o processo de tomada de decisão de gestores públicos; e
- A disseminação, a tradução do conhecimento, a comunicação científica inclusiva e a ciência aberta.

A APPDH é descrita em cinco grandes eixos, entre os quais delimita-se 46 temas prioritários. São eles:

- Eixo 1 - DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
- Eixo 2 - DIREITOS HUMANOS DA PESSOA IDOSA
- Eixo 3 - DIREITOS HUMANOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
- Eixo 4 - DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS LGBTQIA+
- Eixo 5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Espera-se que a APPDH-2024 possa nortear ações de pesquisas, estudos e análises, sensibilizando órgãos públicos e instituições de pesquisa para a produção de pesquisas demográficas orientadas e qualificando o debate público em direitos humanos e cidadania.

INTRODUÇÃO

Dada a importância de fortalecer a promoção e a defesa dos direitos humanos e a garantia da cidadania no Brasil, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania tem como seu principal alicerce de atuação a **institucionalização das políticas de direitos humanos como políticas de Estado**.

Para que esse desafio seja enfrentado na democracia brasileira, é urgente a produção de dados, indicadores e evidências para nortear as políticas de direitos humanos. Isso porque políticas, programas, estratégias e ações governamentais tendem a se tornar mais efetivas na medida em que conseguem incorporar o conhecimento científico e a participação de diversos setores da sociedade em seus processos e práticas. Trata-se de institucionalizar políticas de direitos humanos informadas pelas melhores evidências disponíveis.

Nesse contexto, a Coordenação-Geral de Indicadores e Evidências em Direitos Humanos da Secretaria-Executiva do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania adotou princípios para a construção da APPDH, quais sejam:

- **A promoção da justiça social e da cidadania por meio da observância dos direitos humanos na sociedade brasileira.** Tendo como dever a valorização da pessoa humana como sujeito central no processo de desenvolvimento do Estado brasileiro.
- **A promoção do uso de informações estratégicas e evidências que orientem o processo de tomada de decisão de gestores públicos.** Tendo como compromisso a oferta de informação e evidências qualificadas, atualizadas e oportunas às Secretarias Nacionais do MDHC como subsídio para tomada de decisão.

- **A disseminação, a tradução do conhecimento, a comunicação científica inclusiva e a ciência aberta.** Tendo como premissa o fomento ao abundante intercâmbio de conhecimento científico entre produtores (pesquisadores e analistas), intermediários (colaboradores) e consumidores (gestores públicos e cidadãos), com vistas à cocriação de saberes e práticas mutuamente valorizadas, a serem amplamente divulgadas na sociedade brasileira.

Isto posto, esta Agenda tem por finalidade dar publicidade a temas prioritários de pesquisa que potencialmente irão:

- Subsidiar a institucionalização das políticas em direitos humanos como políticas de Estado;
- Orientar a criação, expansão e aprimoramento de políticas e programas em direitos humanos no Brasil;
- Nortear o desenvolvimento científico de estudos, análises e pesquisas em direitos humanos e cidadania dos públicos específicos e pautas prioritárias por diferentes instituições brasileiras; e
- Conduzir a eleição de problemas públicos prioritários para efetiva compreensão e diagnóstico de contextos para formulação de políticas, programas e ações sociais, levantamento de opções para solução dos problemas e possíveis impactos das ações, com foco nos públicos específicos do MDHC.

METODOLOGIA

Antes de detalhar a metodologia que foi executada para elaboração desta Agenda, cabe esclarecer o modelo conceitual-teórico adotado, no sentido de promover as políticas informadas por evidências em direitos humanos. Trata-se do modelo de Tradução do Conhecimento, que consiste em um processo dinâmico e interativo que inclui síntese, disseminação, intercâmbio e aplicação ética do conhecimento para fornecer serviços e produtos mais eficazes e fortalecer o sistema de políticas públicas, sendo a ponte entre o pesquisador e o tomador de decisão. Para melhor compreensão desse modelo, veja a figura 1.

Figura 1 - Modelo conceitual-teórico de Tradução do Conhecimento aplicado ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania



Elaboração própria da Coordenação-Geral de Indicadores e Evidências em Direitos Humanos da Secretaria-Executiva do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

A APPDH foi dividida em eixos temáticos e detalhados a partir de cinco fatores norteadores para levantamento de cada tema prioritário:

- Problema público, necessidade e finalidade;
- Lacunas de evidências identificadas;
- Contexto de tomada de decisão;
- Características dos estudos; e
- Produtos esperados.

Os fatores norteadores fazem parte do instrumento denominado **Matriz de Enquadramento da Pergunta de Pesquisa** utilizada para depurar os temas prioritários feitos a partir de problemas públicos que deram origem a perguntas de pesquisa relevantes. A matriz pode ser vista no quadro 1.

Quadro 1 - Matriz de Enquadramento da Pergunta de Pesquisa

Problema público, necessidade e finalidade	Lacunas identificadas	Contexto de tomada de decisão	Características dos estudos	Produtos esperados
<p>Qual o seu problema público em direitos humanos? Qual a sua necessidade? Qual a sua demanda? (Visa identificar qual política ou projeto da Secretaria a demanda por evidências pretende apoiar).</p>	<p>Qual a informação/evidência que você precisa e não tem? (Visa identificar as lacunas de evidências relacionadas à política ou projeto que se pretende preencher).</p>	<p>Que tipo de decisão você precisa tomar? (Visa identificar o que a gestão espera que seja feito, qual contexto da tomada de decisão).</p>	<p>Quais características dos estudos você acha que precisam ser atendidas? (Visa identificar os requisitos mínimos relacionados ao estudo que se espera que seja produzido).</p>	<p>Qual(is) os tipos de estudo que podem responder à sua pergunta de pesquisa? (Visa identificar que tipo de produto melhor atende à necessidade da área).</p>

Elaboração própria da Coordenação-Geral de Indicadores e Evidências em Direitos Humanos da Secretaria-Executiva do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Essa Matriz de Enquadramento foi então preenchida pelas Secretarias Nacionais do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, após levantamento de temas gerais prioritários. Dessa maneira, foram feitas em oficinas internas a partir de quatro passos:

- **Passo 1:** Ler atentamente os temas de pesquisa.
- **Passo 2:** Ler a Matriz de Enquadramento da Pergunta de Pesquisa e, em seguida, tente responder aos itens de 1 a 5, de acordo com o tema de pesquisa escolhido. Anote abaixo as respostas.
- **Passo 3:** A partir do exemplo abaixo feito a partir de apresentação exemplificativa, detalhe as informações de acordo com as respostas dadas dos itens 1 a 5. Faça as alterações que precisar.
- **Passo 4:** Formule a pergunta de pesquisa a partir do problema público prioritário, descrito no item 1 do passo 2.

No **Apêndice 1** é possível visualizar material de referência para preenchimento da Matriz, mais especificadamente sobre os produtos esperados.

TEMAS PRIORITÁRIOS

Abaixo, encontra-se todos os temas prioritários apresentados nos eixos temáticos. O detalhamento de cada tema está demonstrado no Anexo 1 – Informações detalhadas da Matriz de Enquadramento da Pergunta de Pesquisa por eixo temático.

EIXO 1 - DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Tema Prioritário 1 - Saúde mental no sistema socioeducativo de meio fechado.

Tema Prioritário 2 - Prevenção e erradicação do trabalho de crianças e adolescentes no Brasil: diagnóstico e evidências de impacto.

Tema Prioritário 3 - Violência letal institucional contra crianças e adolescentes.

Tema Prioritário 4 - Crianças e adolescentes em acolhimento institucional e no Programa Família Acolhedora.

Tema Prioritário 5 - Violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes.

EIXO 2 - DIREITOS HUMANOS DA PESSOA IDOSA

Tema Prioritário 6 - Violação de direitos humanos nas Instituições de Longa Permanência para pessoas idosas, e estratégias de articulação entre os entes para demandar soluções.

Tema Prioritário 7 - Arranjos institucionais de direitos humanos da pessoa idosa em nível municipal e estadual e a coordenação federativa.

Tema Prioritário 8 - Indicadores de direitos humanos da pessoa idosa: municipal, estadual e nacional.

Tema Prioritário 9 - Cumprimento dos ODS e dos objetivos da década do envelhecimento saudável.

EIXO 3 - DIREITOS HUMANOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Tema Prioritário 10 - Barreiras, educação e trabalho de pessoas com deficiência.

Tema Prioritário 11 - Violências praticadas contra pessoas com deficiência no Brasil.

Tema Prioritário 12 - Custo do capacitismo no Brasil.

Tema Prioritário 13 - Formulação de uma política pública nacional para dispensação de tecnologia assistiva a pessoas com deficiência.

Tema Prioritário 14 - Produção contínua de dados interseccionais sobre pessoas com deficiência.

Tema Prioritário 15 - Pobreza e deficiência no Brasil.

Tema Prioritário 16 - Acessibilidade nas edificações de uso público sob a administração do Governo Federal.

Tema Prioritário 17 - Políticas de cuidados para pessoa com deficiência no Brasil.

Tema Prioritário 18 - Protagonismo e participação social da pessoa com deficiência no Brasil.

Tema Prioritário 19 - Avaliação biopsicossocial da deficiência e impacto no acesso a políticas públicas no Brasil.

Tema Prioritário 20 - Escassez de dados sobre autismo para subsidiar políticas públicas.

TEMAS PRIORITÁRIOS

EIXO 4 - DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS LGBTQIA+

Tema Prioritário 21 - Crimes de ódio e discriminação: incidência nas pessoas LGBTQIA+.

Tema Prioritário 22 - Sentenças e penalidades relacionadas a crimes com fatores motivadores decorrentes da orientação sexual ou identidade de gênero.

Tema Prioritário 23 - Aplicação de medidas protetivas para vítimas de discriminação e/ou crimes motivados por orientação sexual e/ou identidade de gênero.

Tema Prioritário 24 - Evasão escolar das pessoas LGBTQIA+ e sua correlação com a violência no ambiente escolar e abandono familiar.

Tema Prioritário 25 - Lacunas da legislação e proteção legal aos direitos LGBTQIA+.

Tema Prioritário 26 - Representação na mídia: percepção pública e a aceitação social das pessoas LGBTQIA+.

Tema Prioritário 27 - Pobreza e desigualdade que afetam as pessoas LGBTQIA+.

Tema Prioritário 28 - A influência da ausência de dados sobre identidade de gênero e orientação sexual nas políticas públicas brasileiras.

Tema Prioritário 29 - Diagnóstico situacional dos crimes de ódio, discriminação e outros problemas enfrentados pelas pessoas LGBTQIA+.

EIXO 5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Tema Prioritário 30 - Diagnóstico situacional sobre organizações migrantes no território brasileiro.

Tema Prioritário 31 - Orçamento público destinado ao registro civil de nascimento.

Tema Prioritário 32 - Dados, informações e evidências para subsidiar políticas públicas de promoção de registro civil.

Tema Prioritário 33 - Cobertura das unidades interligadas e a promoção do registro de nascimento no Brasil.

Tema Prioritário 34 - Cenário de registro de nascimento com ausência de paternidade no Brasil.

Tema Prioritário 35 - Segurança pública e violência de Estado/institucional: letalidade policial e uso excessivo da força.

Tema Prioritário 36 - Percepções dos agentes de segurança pública sobre direitos humanos.

Tema Prioritário 37 - Percepções dos familiares sobre políticas públicas para pessoas desaparecidas e seus familiares.

Tema Prioritário 38 - Percepções das vítimas de violência de Estado sobre políticas públicas endereçadas ao grupo.

Tema Prioritário 39 - Fluxo de atendimento das ouvidorias de polícia.

Tema Prioritário 40 - Desenvolvimento de capacidade institucional em direitos humanos no Brasil.

Tema Prioritário 41 - Monitoramento de discurso de ódio em ambiente virtual.

Tema Prioritário 42 - Prevenção e Redução de homicídios no Brasil: estratégias bem-sucedidas.

Tema Prioritário 43 - Prevenção e enfrentamento ao extremismo no Brasil através da educação em direitos humanos.

Tema Prioritário 44 - Prevenção e enfrentamento à perseguição e ataques ideologicamente orientados(os) a professoras(es) e educadoras(es) no Brasil.

AGRADECIMENTOS

A todas as Secretarias Nacionais que compõem o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, em especial à Secretaria-Executiva e ao Gabinete do Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Portaria nº 762, de 7 de dezembro de 2023**. Institui a Rede Nacional de Evidências em Direitos Humanos. Brasília: MDHC, 2023.

STRAUS, S. E.; TETROE, J.; GRAHAM, I. **Defining knowledge translation**. Cmaj, v. 181, n. 3-4, p. 165-168, 2009.

ANEXO 1 - INFORMAÇÕES DETALHADAS DA MATRIZ DE ENQUADRAMENTO DA PERGUNTA DE PESQUISA POR EIXO TEMÁTICO

EIXO 1 - DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
1. Saúde mental no sistema socioeducativo de meio fechado	Qual é a situação da saúde mental de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado no Brasil?	Alta quantidade de relatos de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado com demandas em saúde mental relacionadas à ansiedade, depressão, transtornos e autolesões.	Dados qualificados acerca das demandas em saúde mental dos(as) adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.	Construção de diagnóstico acerca da saúde mental de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativa.	Recorte de raça, identidade de gênero e orientação sexual.	Estudo primário. Pesquisa qualitativa.
	Quais estratégias baseadas em evidências para enfrentar e prevenir esse problema?	Cuidados em saúde mental restritos ao uso de medicação psiquiátrica. Escassez de dados acerca das demandas de saúde mental de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei (PNAISARI) não sendo aderida em alguns estados da Federação. Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) com baixa capacidade para atender à alta demanda da população, incluindo os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado. Gestões construindo unidades voltadas ao atendimento de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa que apresentam dependência química em desacordo com o estabelecido pelo Sinase, PNAISARI e RAPS.	Dados qualificados acerca do quantitativo de adolescentes que fazem o uso de medicação. Dados qualificados acerca do quantitativo de adolescentes que passaram a fazer o uso de medicação psiquiátrica durante o cumprimento de medida socioeducativa. Quantitativo de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa que estão sendo atendidos pela Rede de Atenção Psicossocial dos estados. Ações das gestões estaduais voltadas à saúde mental de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado.	Elaboração de estratégias para construção de ações voltadas à saúde mental de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado.	Dados por região e estados. Literatura nacional e internacional.	Estudo técnico (análise de microdados). Síntese de evidências.

EIXO 1 - DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
<p>2. Prevenção e erradicação do trabalho de crianças e adolescentes no Brasil: diagnóstico e evidências de impacto</p>	<p>Qual a incidência de trabalho realizado por crianças e adolescentes, verificando a existência da reprodução intergeracional?</p> <p>Quais evidências de impactos tiveram as iniciativas governamentais de prevenção e erradicação do trabalho infantil no Brasil?</p> <p>Quais são os dados sobre lesões/acidentes ou agravos à saúde de crianças e adolescentes em trabalho infantil no Brasil?</p>	<p>De 2019 a 2022 ocorreu um aumento de 7% (de 1.768 milhões para 1.881 milhões) de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, sendo que, desse universo, 756 mil estão nas piores formas de trabalho (IBGE/PNAD Contínua, 2022)</p> <p>Sub-registro de trabalho infantil no Brasil, uma vez que há modalidades que não estão contabilizadas pelos instrumentos oficiais de informações como, por exemplo, tráfico de drogas, lixões, trabalhos informais nas ruas.</p> <p>Insuficiência de recursos para o financiamento público visando à implementação de políticas sociais integradas para prevenção e erradicação do trabalho de crianças e adolescentes até 13 anos e a proteção de 14 aos 17 anos.</p> <p>Naturalização do trabalho infantil por parte da sociedade.</p> <p>Quais são os dados sobre lesões/acidentes ou agravos à saúde de crianças e adolescentes em trabalho infantil no Brasil?</p>	<p>Dados atualizados e desagregados de incidência do trabalho infantil por cidades, estados, regiões e Brasil, e série histórica acompanhando os últimos dois Censos do IBGE (2010 a 2022) e PNADs considerando os indicadores: cor/raça, gênero, faixa etária (5 a 13 anos, 14 e 15; 16 e 17 anos), contemplando as piores formas de trabalho, assim como dados do SINAN sobre agravos à saúde decorrentes do trabalho de crianças e adolescentes.</p> <p>Número de famílias e o perfil socioeconômico com a incidência do trabalho infantil.</p> <p>Efetividade das intervenções de prevenção e erradicação do trabalho infantil no Brasil.</p>	<p>Articulação interministerial (Direitos Humanos e Cidadania, Desenvolvimento Social, Educação, Trabalho e Emprego, Igualdade Racial e Saúde) para as ações de prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção do trabalho de adolescentes.</p> <p>Fomentar a obtenção e a publicização dos dados sobre o trabalho infantil a fim de promover campanhas focadas na mudança do olhar que traz a naturalização do trabalho infantil na sociedade.</p> <p>Fomentar a articulação do Sistema de Garantia de Direitos para promoção, defesa e controle para efetivação dos direitos humanos de crianças e adolescentes, especialmente da pauta sobre o trabalho infantil.</p> <p>Estratégias para identificação e notificação do trabalho infantil, considerando sobretudo as piores formas de trabalho nos diferentes contextos socioculturais dos territórios brasileiros.</p>	<p>Incidência do trabalho infantil por cidades, estados, regiões e Brasil, considerando os indicadores: cor/raça, gênero, faixa etária (5 a 13 anos, 14 e 15; 16 e 17 anos), contemplando as piores formas de trabalho.</p> <p>Número de famílias e o perfil socioeconômico com a incidência do trabalho infantil.</p> <p>Identificação das ações existentes (União, estados e municípios) para a prevenção e erradicação do trabalho de crianças e adolescentes (até 13 anos), a proteção de adolescentes na condição de aprendizes (14 e 15 anos) e no trabalho protegido (16 e 17 anos).</p>	<p>Análise <i>ex ante</i>.</p> <p>Síntese de evidências para políticas.</p> <p>Pesquisa qualitativa com grupo de crianças e adolescentes, familiares e com profissionais que atuam no enfrentamento ao trabalho infantil.</p> <p>Estudo técnico (análise de microdados Censo e PNAD Contínua)</p> <p>Evidência sobre fatores de risco para o trabalho infantil - estudos epidemiológicos.</p> <p>Mapeamento dos programas e ações fomentados pelos governos (municipais, estaduais e federal) de combate ao trabalho infantil, e identificação de ações/experiências bem-sucedidas, considerando a diversidade sociocultural e territorial brasileira.</p> <p>Revisões de escopo/ mapas de evidências ou revisão sistemática.</p>

EIXO 1 - DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
3. Violência letal institucionais contra crianças e adolescentes	<p>Quais as estratégias baseadas em evidências para enfrentar o problema da letalidade policial no Brasil?</p> <p>Quais as estratégias baseadas em evidências para formação de agentes de segurança qualificados na temática de direitos humanos?</p>	<p>Alto índice de letalidade policial causada em crianças e adolescentes por violência institucional (agentes de segurança pública – penitenciários, policiais, forças armadas, socioeducadores etc.) – nº de óbitos nessa população. Dano colateral da abordagem policial em crianças e adolescentes, por exemplo. Sub-registro de dados qualificados sobre a letalidade policial causada por uso ilegítimo da força, inclusive com recorte de raça, etnia, deficiência e identidade de gênero e orientação sexual, faixa etária; dados inacessíveis quando existentes. Dificuldade de articulação entre os entes federados para enfrentar a situação e para compartilhamento dos registros de dados.</p>	<p>Dados qualificados sobre a letalidade policial causada por uso ilegítimo da força; Inexistência de protocolos (POP) normatizados sobre uso legítimo da força em alguns estados.</p>	<p>Formulação de Política Nacional de Enfrentamento e Prevenção à Violência Letal Intencional contra crianças e adolescentes.</p> <p>Criação de comitê gestor nacional.</p> <p>Elaborar estratégia para aprimorar a formação de agentes públicos em direitos humanos, enfrentando a letalidade policial em crianças e adolescentes.</p> <p>Articulação dos Direitos Humanos e Segurança Pública.</p>	<p>Recorte de raça, etnia, deficiência e identidade de gênero e orientação sexual, faixa etária.</p> <p>Dados por região e estados.</p> <p>Literatura nacional e internacional.</p>	<p>Análise <i>ex ante</i></p> <p>Síntese de Evidências para Políticas e Revisões de escopo (mapear o que existe na literatura).</p> <p>Estudo primário.</p> <p>Pesquisa qualitativa.</p> <p>Estudo técnico (análise de microdados).</p>
4. Crianças e adolescentes em acolhimento institucional e no Programa Família Acolhedora	<p>Quais as estratégias baseadas em evidências para aprimorar o acolhimento familiar de crianças e adolescentes no Brasil?</p> <p>Quais as estratégias baseadas em evidências para promover a inclusão social e a autonomia, cidadania de Adolescentes após a desinstitucionalização e o acolhimento familiar?</p> <p>Quantas crianças e adolescentes têm vínculo familiar rompido no Brasil e quais violências acometeram essa população?</p> <p>Quantas crianças e adolescentes estão cobertas pelo Programa Família Acolhedora e Programa Família solidária e acolhimento institucional?</p>	<p>Dificuldade de incentivar a transição de crianças e adolescentes de vínculo familiar rompido que estão em acolhimento institucional para acolhimento familiar (principalmente na primeira infância).</p> <p>Ausência de dados sobre a transição de acolhimento institucional para o acolhimento familiar para promover o direito humano de convivência familiar.</p>	<p>Dados de crianças e adolescentes têm vínculo familiar rompido no Brasil e quais violências; recorte de raça/cor, gênero, faixa etária (1 a 6 anos, 7 a 11, 12 a 14 e 15 a 17 anos e acima de 17 anos), renda, deficiência.</p> <p>Dados de crianças e adolescentes estão cobertas pelo Programa Família Acolhedora.</p> <p>Família Solidária e acolhimento institucional.</p>	<p>Plano Operacional de Implementação do Plano Nacional da Convivência Familiar e Comunitária – definição de objetivos, prioridades, indicadores e metas.</p>	<p>Literatura nacional e internacional; Recorte de raça/cor, gênero, faixa etária (1 a 6 anos, 7 a 11, 12 a 14 e 15 a 17 anos e acima de 17 anos), renda, deficiência; e Disque-100.</p>	<p>Estudo técnico (análise de microdados) – do Programa Família Acolhedora.</p> <p>Análise <i>ex ante</i>.</p> <p>Síntese de evidências para políticas.</p>

EIXO 1 - DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
5. Violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes	<p>Quais as estratégias baseadas em evidências para aprimorar o enfrentamento e a prevenção da violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes no Brasil?</p> <p>Qual o perfil das vítimas e de agressores da violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes no Brasil?</p> <p>Quais os principais contextos de vulnerabilidade e de risco social de abuso sexual contra crianças e adolescentes no Brasil?</p> <p>Quais são e como são distribuídos e aplicados os recursos públicos federais destinados a financiar as políticas públicas relacionadas às crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual no Brasil?</p>	<p>Dificuldade de identificar medidas eficazes de prevenção e enfrentamento à violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes.</p> <p>Ausência de uma base integrada e qualificada de dados sobre os casos de violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes.</p>	<p>Informações sobre medidas eficazes de prevenção e enfrentamento à violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes no cenário nacional e internacional.</p> <p>Informações integradas sobre o perfil de agressores e das vítimas da violência, incluindo os sistemas de informação do Governo Federal e casos de abuso sexual notificados, tramitados e julgados no Poder Judiciário.</p> <p>Informações qualificadas sobre o perfil de agressores e das vítimas da violência nos contextos local e nacional, a partir do incentivo à alimentação do Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA) e outros sistemas de informação e registros do Governo Federal.</p> <p>Informações sobre os contextos de vulnerabilidade e de risco social de abuso sexual contra crianças e adolescentes, incluindo a situação socioeconômica da família, questões de gênero, sexualidade, raça/etnia e de acesso às políticas públicas.</p> <p>Informações sobre as regiões brasileiras que apresentam maior incidência de abuso sexual contra crianças e adolescentes.</p> <p>Mapeamento dos recursos públicos federais destinados a financiar as políticas públicas relacionadas às crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual.</p>	<p>Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes (https://www.gov.br/participamaibrasil/planevca-matriz-01-abuso-sexual).</p>	<p>Literatura nacional e internacional.</p> <p>Recorte de raça/cor, sexo, identidade de gênero, idade, renda, escolaridade, município de residência, local de ocorrência, deficiência e grau de parentesco/vínculos das vítimas e agressores.</p> <p>Elaboração de indicadores para avaliar o orçamento e os critérios de rateio de recursos federais repassados para financiamento de políticas públicas relacionadas às crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual.</p>	<p>Estudo técnico (análise de microdados).</p> <p>Análise <i>ex ante</i>.</p> <p>Síntese de evidências para políticas.</p>

EIXO 2 – DIREITOS HUMANOS DA PESSOA IDOSA

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
6. Violação de direitos humanos nas Instituições de Longa Permanência para pessoas idosas, e estratégias de articulação entre os entes para demandar soluções	Quais os tipos e graus de violação dos direitos da pessoa idosa em Instituições de Longa Permanência e as estratégias de articulações entre os entes da Federação?	Alto número de violação de direitos humanos da pessoa idosa em Instituições de Longa Permanência. Escassa articulação entre os entes federados para lidar com o problema.	Especificidades das violações. Informações sobre as Instituições de Longa Permanência. Grau de violação.	Aprimoramento da política por meio de avaliação; Novo programa. Diálogo e articulação junto à CNDH. Formação de rede de atenção à pessoa idosa. Aportes para elaboração de protocolo de definição de diretrizes gerais acerca dos direitos humanos das pessoas idosas residentes em ILPIs.	Levantamento internacional e nacional sobre experiências em violações de direitos das pessoas idosas em ILPIs. Consulta a dados e informações e bases de dados já existentes no Brasil.	Mapa de evidências. Revisão rápida. Pesquisa-ação.
7. Arranjos institucionais de direitos humanos da pessoa idosa em nível municipal e estadual e a coordenação federativa	Como estão dispostos os arranjos institucionais dos entes federativos na temática dos direitos da pessoa idosa?	Desconhecimento dos arranjos institucionais de direitos da pessoa idosa em nível municipal e as dificuldades na coordenação federativa.	Características dos arranjos institucionais de direitos da pessoa idosa em nível estadual e municipal e caracterização das dificuldades na coordenação federativa a partir da percepção de todos os entes federados.	Consolidação da Rede Nacional de Gestores Estaduais de Direitos Humanos da Pessoa Idosa. Proposição de uma rede regionalizada nos estados e seus municípios, e articulação com os conselhos municipais e estaduais de direitos da pessoa idosa.	Levantamento de dados relativos aos arranjos institucionais em nível de estado e municípios. Capilarização das demandas e problemas municipais através da regionalização no território dos estados.	Diálogo de políticas e síntese do diálogo. Análise exploratória de dados. Estudo qualitativo da percepção acerca das dificuldades na coordenação federativa a partir dos entes federativos.
8. Indicadores de direitos humanos da pessoa idosa: municipal, estadual e nacional	Quais são as características das violações dos direitos da pessoa idosa nos municípios, estados e em nível nacional para além das tipologias de violência já existentes?	Ausência de dados de violações de direitos da pessoa idosa em nível municipal, estadual e nacional, que contemplem uma perspectiva ampliada, ultrapassando as tipologias da violência contra pessoa idosa.	Informação agregada por município, estado, Distrito Federal e nível nacional acerca da violação de direitos humanos da pessoa idosa.	Necessidade de aprimoramento da Política Nacional de Direitos da Pessoa Idosa e direcionamento para os municípios que mais violam os direitos humanos das pessoas idosas.	Levantamento internacional e nacional, com investigação de literatura de pesquisa abrangente com o intuito. Estudo de indicadores já disponíveis.	Diálogo de políticas e síntese do diálogo. Síntese rápida para políticas públicas. Estudo técnico de desenvolvimento de indicador e validação de teste.

EIXO 2 – DIREITOS HUMANOS DA PESSOA IDOSA

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
9. Cumprimento dos ODS e dos objetivos da década do envelhecimento saudável	Quais os impactos das políticas públicas medidos a partir do cumprimento dos objetivos da década do envelhecimento saudável no Brasil e dos objetivos do desenvolvimento sustentável ?	Desconhecimento da efetivação dos objetivos da década do envelhecimento saudável no Brasil e dos objetivos da década do envelhecimento saudável.	<p>Conhecimento acerca das experiências na efetivação dos objetivos da década do envelhecimento saudável no Brasil.</p> <p>Como as políticas, programas e ações voltadas para a pessoa idosa estão contemplando estes aspectos.</p>	Aperfeiçoamento das políticas por meio de avaliação à luz dos objetivos da década do envelhecimento saudável e dos ODS no Brasil.	<p>Avaliação de impacto.</p> <p>Estudos comparativos.</p> <p>Mapeamento de resultados de políticas voltadas para pessoa idosa e suas adequações aos ODS e objetivos da década do envelhecimento saudável no Brasil.</p>	<p>Avaliação de impacto-custo-benefício, avaliação da sustentabilidade, avaliação multidimensional ou estudos de caso.</p> <p>Também é possível avaliar os indicadores de desempenho que foram predeterminados.</p> <p>Análise documental de experiências de políticas públicas que contemplaram os objetivos da década do envelhecimento saudável e dos ODS no Brasil.</p>

EIXO 3 – DIREITOS HUMANOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
10. Barreiras, educação e trabalho de pessoas com deficiência	<p>Quais são os principais tipos de barreiras experimentados por pessoas com deficiência no Brasil, e quais contextos são mais prevalentes e como elas podem ser evitadas?</p> <p>Como as políticas públicas brasileiras estão abordando as barreiras experimentadas contra pessoas com deficiência, e quais lacunas podem ser identificadas?</p>	<p>Problema: as barreiras existentes fazem com que as pessoas com deficiências não acessem postos de educação e trabalho, sendo um problema crítico para a integração dessas pessoas na sociedade.</p> <p>Necessidade: obter dados específicos e detalhados sobre as barreiras impostas às pessoas com deficiência para compreender melhor a magnitude, os tipos e as circunstâncias delas.</p> <p>Finalidade: utilizar os dados coletados para fundamentar o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas, visando melhorar a integração das pessoas com deficiência nesses espaços.</p>	Falta de dados específicos e detalhados sobre barreiras de entrada em educação e saúde.	Utilizar os <i>insights</i> obtidos para desenvolver e implementar políticas públicas mais efetivas.	Estudos quantitativos e qualitativos para compreender as barreiras, seus tipos e as condições em que ocorrem, incluindo análises interseccionais.	Síntese de evidências para políticas e diálogo de políticas com síntese do diálogo e ou revisão de escopo.
11. Violências praticadas contra pessoas com deficiência no Brasil	<p>Quais são os principais tipos de violência sofridos por pessoas com deficiência no Brasil, e quais contextos são mais prevalentes e como eles podem ser evitados?</p> <p>Como as políticas públicas brasileiras estão abordando a violência contra pessoas com deficiência, e quais lacunas podem ser identificadas?</p>	<p>Problema: a violência contra pessoas com deficiência no Brasil permanece um problema crítico, subnotificado e pouco explorado em pesquisas e políticas públicas, dificultando a criação de medidas de proteção eficazes.</p> <p>Necessidade: obter dados específicos e detalhados sobre violências contra pessoas com deficiência para compreender melhor a magnitude, os tipos e as circunstâncias dessas violências.</p> <p>Finalidade: utilizar os dados coletados para fundamentar o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas, programas de prevenção e redes de suporte mais efetivas, visando à proteção e ao atendimento adequado das vítimas.</p>	Falta de dados específicos e detalhados sobre violências contra pessoas com deficiência, dificultando a criação de estratégias direcionadas de intervenção.	Utilizar os <i>insights</i> obtidos para desenvolver e implementar políticas públicas, programas de prevenção e redes de suporte mais efetivas.	<p>Estudos quantitativos e qualitativos para compreender a incidência, os tipos de violência, os perpetradores e as condições em que ocorrem, incluindo análises interseccionais.</p> <p>Comparar dados da Ouvidoria com dados do SINAN, e identificar intervenções sobre problemas específicos, como violência sexual contra pessoas com deficiência intelectual.</p>	<p>Síntese de evidências para políticas e revisões de escopo sobre violência sexual contra pessoas com deficiência intelectual.</p> <p>Pesquisas qualitativas.</p>

EIXO 3 – DIREITOS HUMANOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
12. Custo do Capacitismo no Brasil	<p>Como o capacitismo afeta economicamente as pessoas com deficiência e suas famílias no Brasil, e quais são as principais áreas de impacto?</p> <p>Qual é a relação entre capacitismo e exclusão do mercado de trabalho para pessoas com deficiência no Brasil?</p> <p>De que forma políticas públicas podem mitigar os impactos econômicos e sociais do capacitismo sobre famílias brasileiras que possuem membros com deficiência?</p>	<p>Problema: o capacitismo acarreta custos adicionais significativos para pessoas com deficiência e suas famílias, tanto em termos de oportunidades perdidas quanto de despesas diretas, além do bem-estar psicológico e social das pessoas com deficiência.</p> <p>Necessidade: quantificar o impacto econômico do capacitismo nos orçamentos familiares e na economia, além de analisar o impacto no bem-estar psicológico e social das pessoas com deficiência e suas famílias.</p> <p>Finalidade: embasar políticas compensatórias e de inclusão que mitiguem o impacto econômico do capacitismo.</p>	Ausência de estudos que quantifiquem o custo do capacitismo em múltiplas dimensões (saúde, educação, emprego).	Avaliação da viabilidade de políticas de compensação financeira e de incentivos para empresas que promovam a inclusão.	Pesquisas quantitativas e qualitativas sobre os custos diretos e indiretos enfrentados por pessoas com deficiência devido ao capacitismo.	Avaliações econômicas contendo relatório detalhado sobre o custo do capacitismo e recomendações para políticas públicas de mitigação.
13. Formulação de uma política pública nacional para dispensação de tecnologia assistiva a pessoas com deficiência	<p>Quais são os principais tipos de violência sofridos por pessoas com deficiência no Brasil, e quais contextos são mais prevalentes e como eles podem ser evitados?</p> <p>Como as políticas públicas brasileiras estão abordando a violência contra pessoas com deficiência, e quais lacunas podem ser identificadas?</p>	<p>Problema: a dificuldade de acesso a tecnologias assistivas por parte das pessoas com deficiência, devido a custos elevados, falta de informação ou barreiras burocráticas, limita sua independência e participação social.</p> <p>Necessidade: estabelecer uma política pública nacional integrada que assegure o acesso facilitado e a manutenção de tecnologias assistivas.</p> <p>Finalidade: criar um marco regulatório e um programa nacional para promover a aquisição, distribuição e manutenção de tecnologias assistivas, facilitando a autonomia e a inclusão social das pessoas com deficiência.</p>	Ausência de uma política pública nacional integrada que assegure o acesso e a manutenção de tecnologias assistivas, incluindo financiamento, treinamento e suporte.	Criar um marco regulatório e um programa nacional para aquisição, distribuição e manutenção de tecnologias assistivas, além de capacitação para seu uso.	Análise de demanda, estudo de custos, avaliação de tecnologias existentes e emergentes, e <i>benchmarking</i> internacional.	Avaliação <i>ex ante</i> , revisão de escopo e mapas de evidências para subsidiar proposta de política pública, diretrizes para implementação e avaliação, e recomendações para parcerias com o setor privado e organizações não governamentais.

EIXO 3 – DIREITOS HUMANOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
14. Produção contínua de dados interseccionais sobre pessoas com deficiência	<p>Como a inclusão da categoria de deficiência em pesquisas nacionais contínuas pode contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes?</p> <p>Quais são os barreiras e facilitadores na coleta e análise de dados interseccionais sobre pessoas com deficiência no Brasil?</p> <p>Como promover equidade e inclusão da pessoa com deficiência a partir de estratégias interseccionais?</p>	<p>Problema: a falta de dados desagregados que contemplem as interseções entre deficiência e outros marcadores sociais impede a compreensão completa das desigualdades enfrentadas por pessoas com deficiência.</p> <p>Necessidade: introduzir a categoria da deficiência em pesquisas estatais contínuas para além do Censo - como a PNAD ou a POF. Apesar de avanços como aquele ocorrido na PNAD Contínua, que abordou de forma pioneira (mas episódica/pontual) o tema em 2022-2023, entende-se que a deficiência deve ser um atributo básico permanente dos indivíduos nas pesquisas do IBGE, assim como ocorre com raça/cor, sexo, entre outros.</p> <p>Finalidade: informar a formulação de políticas públicas inclusivas que reconheçam e abordem as especificidades e promovam equidade, considerando as interseccionalidades existentes.</p>	Falta de dados e pesquisas que abordem as complexidades das experiências de pessoas com deficiência em diferentes contextos sociais e culturais.	Informar políticas públicas inclusivas que abordem especificidades e promovam a equidade. Subsidiar órgãos coordenadores e executores de pesquisas contínuas demográficas para aprimorar a geração de subsídios para as políticas públicas a partir de dados.	Pesquisas qualitativas e quantitativas que explorem as vivências de pessoas com deficiência em intersecção com outros marcadores sociais. Banco de dados abrangente.	<p>Síntese de evidências para políticas para identificar estratégias de equidade e inclusão de Pessoa com deficiência a partir de dados interseccionais.</p> <p>Relatórios analíticos e recomendações para políticas públicas sensíveis às questões de interseccionalidade.</p>
15. Pobreza e Deficiência no Brasil	<p>Qual é a relação entre deficiência e níveis socioeconômicos no Brasil, e como isso influencia as políticas públicas?</p> <p>Quais estratégias eficazes podem ser desenvolvidas para promover a inclusão socioeconômica de pessoas com deficiência?</p> <p>Como programas de apoio socioeconômico específicos podem contribuir para a redução da pobreza entre pessoas com deficiência?</p>	<p>Problema: a elevada incidência de pobreza entre pessoas com deficiência é exacerbada por barreiras significativas à educação e ao emprego, reforçando um ciclo de pobreza e exclusão.</p> <p>Necessidade: identificar os mecanismos que perpetuam a relação entre pobreza e deficiência e desenvolver estratégias eficazes de intervenção.</p> <p>Finalidade: promover a inclusão socioeconômica de pessoas com deficiência, desenvolvendo programas de apoio e políticas públicas que visem reduzir a pobreza e facilitar o acesso à educação e ao mercado de trabalho.</p>	Insuficiência de dados sobre a correlação entre deficiência e níveis socioeconômicos. Falta de políticas públicas integradas que abordem as necessidades econômicas das pessoas com deficiência.	Desenvolvimento de programas de apoio socioeconômico específicos para famílias de pessoas com deficiência.	Estudos que avaliem o impacto de programas sociais na redução da pobreza entre pessoas com deficiência.	<p>Síntese de evidências.</p> <p>Revisões de escopo e mapas de evidências contendo impacto de programas de redução da pobreza da pessoa com deficiência para subsidiar diretrizes para a criação de programas de renda mínima e de incentivos ao emprego para pessoas com deficiência.</p>

EIXO 3 – DIREITOS HUMANOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
16. Acessibilidade nas edificações de uso público sob a administração do Governo Federal	<p>Qual é o estado atual da acessibilidade nas edificações de uso público administradas pelo Governo Federal, e quais barreiras ainda existem?</p> <p>Como a implementação de normas e padrões de acessibilidade pode ser melhorada nas edificações públicas federais?</p> <p>Quais são os impactos da falta de acessibilidade em edificações de uso público na participação social de pessoas com deficiência?</p>	<p>Problema: a falta de acessibilidade em edificações de uso público limita significativamente a participação das pessoas com deficiência em espaços públicos, afetando sua autonomia e inclusão social.</p> <p>Necessidade: realizar um diagnóstico abrangente sobre o nível de acessibilidade nas edificações para identificar as principais barreiras.</p> <p>Finalidade: direcionar a alocação de recursos e a priorização de intervenções para a implementação de normas e padrões de acessibilidade, garantindo o acesso igualitário de pessoas com deficiência a edificações públicas.</p>	Insuficiência de informações sobre o nível de acessibilidade das edificações e falta de um diagnóstico abrangente que oriente as ações de adequação.	Decidir sobre alocação de recursos, priorização de intervenções e implementação de normas e padrões de acessibilidade em edificações públicas.	Levantamentos e diagnósticos da situação atual da acessibilidade, análises de custo-benefício para adequações e estudos de melhores práticas.	Estudos primários e revisões de escopo/ mapas de evidências contendo cenário de acessibilidade de edificações públicas para subsidiar guia de boas práticas, plano de ação para adequação das edificações, recomendações de políticas e investimentos necessários para melhorias.
17. Políticas de cuidados para pessoa com deficiência no Brasil	<p>Quais são as lacunas existentes nas políticas de cuidados para pessoas com deficiência no Brasil?</p> <p>Como políticas de cuidados mais inclusivas e acessíveis podem ser desenvolvidas e implementadas?</p> <p>De que maneira a implementação de serviços de cuidados integrados e sustentáveis pode melhorar o bem-estar e a independência de pessoas com deficiência?</p>	<p>Problema: a insuficiência e inadequação das políticas de cuidados direcionadas às pessoas com deficiência resultam em lacunas significativas no atendimento e suporte necessário.</p> <p>Necessidade: desenvolver e implementar políticas de cuidados que sejam inclusivas, acessíveis e adaptadas às necessidades específicas de pessoas com deficiência.</p> <p>Finalidade: assegurar o bem-estar, a dignidade e a independência das pessoas com deficiência através do fortalecimento dos serviços de cuidados domiciliares e comunitários, promovendo um sistema de cuidados integrado e sustentável.</p>	Escassez de serviços de cuidados personalizados e de suporte às famílias cuidadoras.	Formulação de políticas que fortaleçam os serviços de cuidados domiciliares e comunitários.	Avaliação de modelos de cuidados inovadores e eficazes adaptados às necessidades das pessoas com deficiência.	Revisões de escopo, síntese de evidências para políticas, mapas de evidências e análise <i>ex ante</i> para subsidiar a criação das diretrizes para a implementação de serviços de cuidados integrados e sustentáveis.

EIXO 3 – DIREITOS HUMANOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
18. Protagonismo e participação social da pessoa com deficiência no Brasil	<p>Quais barreiras e facilitadores impedem a participação social e política plena de pessoas com deficiência no Brasil?</p> <p>Como mecanismos efetivos de promoção do empoderamento e do protagonismo de pessoas com deficiência podem ser estabelecidos?</p> <p>Qual é o impacto de políticas públicas que incentivam a liderança e a participação ativa de pessoas com deficiência na sociedade?</p>	<p>Problema: a limitada participação social e sub-representação de pessoas com deficiência em diversos setores da sociedade dificulta a conquista de direitos e o reconhecimento de suas capacidades.</p> <p>Necessidade: implementar mecanismos efetivos que promovam o empoderamento, o protagonismo e a participação ativa de pessoas com deficiência em todos os espaços da vida pública e política.</p> <p>Finalidade: garantir a plena participação e inclusão de pessoas com deficiência na sociedade, criando oportunidades para que suas vozes sejam ouvidas e valorizadas e para que possam influenciar decisões que afetam suas vidas.</p>	Falta de mecanismos efetivos que incentivem e facilitem a participação ativa das pessoas com deficiência.	Criação de estratégias para aumentar a representatividade e a voz das pessoas com deficiência em espaços de poder e decisão.	Pesquisas sobre barreiras à participação social e política das pessoas com deficiência.	Revisões sistemáticas, revisões de escopo e síntese de evidências para políticas para subsidiar propostas de políticas públicas que incentivem a liderança e a participação das pessoas com deficiência.
19. Avaliação biopsicossocial da deficiência e impacto no acesso a políticas públicas no Brasil	<p>Como é o acesso às políticas públicas da pessoa com deficiência hoje, e como a transição para uma avaliação biopsicossocial da deficiência pode influenciar o acesso a políticas públicas? Qual eficácia da avaliação biopsicossocial para o acesso da pessoa com deficiência nas políticas públicas?</p> <p>De que forma a implementação do modelo de avaliação biopsicossocial pode melhorar a formulação e a efetividade de políticas públicas direcionadas à pessoa com deficiência?</p> <p>Qual a eficácia do modelo de avaliação biopsicossocial em políticas públicas para pessoa com deficiência?</p>	<p>Problema: a avaliação da deficiência para acesso a políticas públicas no Brasil é predominantemente baseada em critérios médicos, limitando a compreensão das barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência e seu acesso integral a políticas públicas.</p> <p>Necessidade: transitar para um modelo de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas da pessoa com deficiência que tenha como paradigma a avaliação biopsicossocial, incorporando aspectos sociais, psicológicos e ambientais e proporcionando uma visão mais ampla e integrada das necessidades da pessoa com deficiência.</p> <p>Finalidade: reformular as políticas públicas para que considerem a deficiência sob uma perspectiva biopsicossocial, garantindo assim um acesso mais justo e efetivo às políticas públicas, como saúde, educação, trabalho e assistência social.</p>	<p>Predominância do modelo médico na avaliação da deficiência, que não capta a totalidade das barreiras vivenciadas pelas pessoas com deficiência.</p> <p>Falta de formação e sensibilização dos profissionais envolvidos na avaliação da deficiência sobre a importância de abordagens biopsicossociais.</p> <p>Insuficiente integração entre os diversos setores das políticas públicas para atender às necessidades complexas e multifacetadas das pessoas com deficiência.</p>	<p>Implementação de políticas integradas que promovam a interdisciplinaridade e a intersetorialidade na avaliação e atendimento das pessoas com deficiência.</p> <p>Adoção de diretrizes e boas práticas internacionais sobre avaliação biopsicossocial da deficiência como referência para reformas legislativas e de políticas públicas.</p>	<p>Estudos comparativos internacionais sobre modelos de avaliação da deficiência e seu impacto no acesso e efetividade das políticas públicas.</p> <p>Pesquisas qualitativas com pessoas com deficiência para entender suas experiências e necessidades não atendidas pelo modelo de avaliação atual.</p> <p>Análise a partir de dados disponíveis, em formato aberto, das políticas públicas existentes para identificar informações relativas a volume e taxa de acesso, resultado do pedido e forma de avaliação da deficiência.</p>	<p>Revisões sistemáticas e sínteses de evidências.</p> <p>Estudos longitudinais para investigar o padrão de acesso de pessoas que se submeteram e pessoas que não se submeteram.</p> <p>Pesquisas qualitativas.</p> <p>Todos esses produtos subsidiarão: Diretrizes para a implementação do modelo de avaliação biopsicossocial da deficiência no Brasil, abrangendo formação de profissionais e integração de políticas. Relatório comparativo sobre práticas internacionais de avaliação da deficiência e recomendações para a adaptação dessas práticas ao contexto brasileiro. Propostas de políticas públicas que ampliem o acesso e a efetividade das políticas para pessoas com deficiência, fundamentadas em uma compreensão biopsicossocial da deficiência.</p>

EIXO 3 – DIREITOS HUMANOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
20. Escassez de dados sobre autismo para subsidiar políticas públicas	<p>Quais são as principais lacunas no conhecimento sobre o autismo no Brasil, e como elas impactam o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas?</p> <p>Como a coleta e análise de dados sobre o autismo podem contribuir para o desenho de políticas públicas mais inclusivas e eficazes?</p> <p>Quais práticas internacionais de sucesso na gestão do autismo podem ser adaptadas ao contexto brasileiro para melhorar o acesso a serviços e a qualidade de vida de pessoas autistas?</p>	<p>Problema: a carência de dados específicos e sistemáticos sobre o autismo no Brasil limita a compreensão das necessidades desse segmento e a eficácia das políticas públicas destinadas a ele.</p> <p>Necessidade: desenvolver mecanismos de coleta, análise e disseminação de dados sobre o autismo para compreender melhor suas dimensões e impactos na sociedade.</p> <p>Finalidade: subsidiar a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas mais efetivas, direcionadas às necessidades das pessoas autistas, promovendo sua inclusão, bem-estar e desenvolvimento.</p>	<p>Insuficiência de estudos epidemiológicos e socioeconômicos abrangentes sobre o autismo, bem como falta de dados desagregados que permitam entender as diversas realidades vivenciadas por pessoas autistas em diferentes regiões do país.</p> <p>Escassez de informações sobre o acesso e a qualidade dos serviços de saúde, educação e assistência social voltados para pessoas autistas.</p>	<p>Investir em pesquisas e estudos que ampliem o conhecimento sobre o autismo e seus impactos.</p> <p>Desenvolver parcerias com instituições de pesquisa, universidades e organizações da sociedade civil para coleta e análise de dados.</p> <p>Revisar e adaptar políticas públicas existentes com base em evidências atualizadas sobre o autismo.</p>	<p>Pesquisas quantitativas e qualitativas que mapeiem a prevalência do autismo, perfis socioeconômicos e necessidades específicas desse grupo.</p> <p>Estudos comparativos internacionais sobre modelos de avaliação e atendimento a pessoas autistas.</p> <p>Análises de políticas públicas direcionadas ao autismo em diferentes países para identificar práticas de sucesso aplicáveis no Brasil.</p>	<p>Banco de dados nacional sobre autismo que reúna informações detalhadas e atualizadas.</p> <p>Recomendações para aprimoramento das políticas de saúde, educação e assistência social, visando à inclusão efetiva de pessoas autistas.</p>

EIXO 4 – DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS LGBTQIA+

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
21. Crimes de ódio e discriminação: incidência nas pessoas LGBTQIA+	Qual a caracterização multidimensional dos crimes com motivação de ódio contra pessoas LGBTQIA+ no Brasil?	<p>Inconstância na coleta de dados sobre as pessoas LGBTQIA+ no Brasil.</p> <p>Desconhecimento dos números oficiais sobre crimes de ódio contra pessoas LGBTQIA+ no Brasil.</p> <p>Subnotificação dos casos de crime de ódio contra pessoas LGBTQIA+ no Brasil.</p> <p>Ausência de instrumentos e procedimentos padronizados de registro, nas instituições públicas e privadas para a coleta, sistematização e divulgação dos casos de crime de ódio contra pessoas LGBTQIA+ no Brasil.</p> <p>Ausência de dados estáveis que correlacionem ausência de legislação específica e impunibilidade desse tipo de crime.</p> <p>Resistência policial, assistencial e jurídica de agentes e instituições públicas que objetivem a prevenção e o enfrentamento às violências contra pessoas LGBTQIA+ na realidade brasileira.</p> <p>Ausência da sensibilização/conscientização da sociedade brasileira no que se refere às consequências dos crimes de ódio na vida das famílias e pessoas próximas das pessoas LGBTQIA+ na realidade brasileira.</p> <p>Relação entre a sensação e a certeza da impunidade dos crimes de ódio contra pessoas LGBTQIA+ e ausência de dados sistematizados referentes à resolução dos casos e condenações ou absolvições de agressores.</p>	<p>Índice de registro de dados sobre crimes de ódio, assassinatos, execuções, tentativas de assassinato, tentativas de execução e suicídios devido aos crimes de ódio contra pessoas LGBTQIA+ no Brasil por bairro, cidade, estado, região e nacionais.</p> <p>Índice de crimes de ódio, assassinatos, execuções, tentativas de execução e suicídios por motivos de crime de ódio contra pessoas LGBTQIA+ no Brasil, por raça/cor/etnia, renda, religião, escolaridade, faixa etária, deficiência, situação empregatícia e tipo de vínculo empregatício.</p> <p>Relação entre crimes de ódio e abandono por parte das famílias, bem como de rompimento de vínculos familiares.</p> <p>Relação entre crimes de ódio, assassinatos, execuções, tentativas de assassinato, tentativas de execução e suicídios no que se refere às pessoas LGBTQIA+, à “evasão” e “retenção” escolar, com recorte de faixa etária e etapa da escolaridade.</p>	<p>Fortalecimento da Estratégia Nacional de Enfrentamento às Violências contra Pessoas LGBTQIA+ da SNLGBTQIA+.</p> <p>Criar GT interministerial incluindo outras instituições públicas no âmbito da administração federal para a proposição de ações de prevenção, por meio de formação para as/os profissionais das diferentes áreas envolvidas, campanhas, dentre outras, e de enfrentamento aos crimes de ódio contra pessoas LGBTQIA+.</p> <p>Sistematizar e divulgar os dados das denúncias registradas pela ONDH referentes aos crimes de ódio, violação de direitos e violências contra pessoas LGBTQIA+.</p> <p>Incidir, em parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, na padronização dos registros, com formação para as/os agentes que realizam esses registros nos territórios.</p>	<p>Dados do Brasil, por região, estado, município, bairros das capitais, faixa etária, recorte de raça/cor/etnia, identidade de gênero, orientação sexual, deficiência ou capacidade, territorialidade quilombola, indígena, do campo, águas e florestas, periferia e centro, renda, vínculo empregatício e de religiosidade das pessoas LGBTQIA+.</p> <p>Produção científica, regional, nacional e internacional para elaboração de pesquisa secundária, com a participação e autoria de pesquisadoras/es e dos movimentos sociais LGBTQIA+.</p>	<p>Relatórios descritivos e analíticos de dados sistematizados, publicados e publicizados amplamente para toda a sociedade com tradução do conhecimento, audiodescrição, tradução em Libras, braile e em língua espanhola, com linguagem nítida e acessível a todas as pessoas.</p> <p>Relatório de Estudo qualitativo e quantitativo analítico comparativo em pelo menos uma capital e umacidade do interior em cada uma das cinco regiões.</p> <p>Relatório descritivo e analítico com período histórico desde o primeiro registro até os atuais.</p> <p>Questionário (<i>survey</i>).</p> <p>Relatório de Pesquisa etnográfica.</p> <p>Etnografia digital (Pesquisa em redes sociais e pesquisas sociais na internet).</p> <p>Relatório de Pesquisa-ação.</p> <p>Síntese de evidências.</p>

EIXO 4 – DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS LGBTQIA+

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
22. Sentenças e penalidades relacionadas a crimes com fatores motivadores decorrentes da orientação sexual ou identidade de gênero	Qual a caracterização da resolutividade dos casos, sentenças e penalidades para os crimes nos quais a orientação sexual e/ou identidade de gênero foram fatores motivadores?	<p>Inconstância na coleta de dados sobre as pessoas LGBTQIA+ no Brasil.</p> <p>Desconhecimento de dados estáveis sobre os crimes nos quais a orientação sexual e/ou identidade de gênero foram a causa das ações de violência.</p> <p>Ausência de instrumentos padronizados, nas instituições públicas e privadas, de coleta, sistematização e divulgação dos casos com a identificação do perfil do agressor e da vítima.</p> <p>Ausência de monitoramento dos índices de resolução dos casos, das sentenças e das penalidades aplicadas aos agressores.</p>	<p>Relatório descritivo e analítico de monitoramento dos índices de resolução dos casos, das sentenças e das penalidades aplicadas aos agressores que praticam e praticaram crimes contra pessoas LGBTQIA+ no Brasil.</p> <p>Relatório descritivo do perfil de quem agride a vítima com recorte por raça/cor/etnia, renda, religião, escolaridade, faixa etária, deficiência, situação empregatícia, tipo de vínculo empregatício.</p> <p>Relatório analítico dos determinantes sociais em decisões judiciais.</p> <p>Síntese de evidências.</p>	<p>Identificação do índice de resolução dos casos, das sentenças e das penalidades aplicadas considerando os marcadores sociais de raça/cor/etnia, renda, religião, escolaridade, faixa etária, deficiência, situação empregatícia, tipo de vínculo empregatício.</p> <p>Informação e ampla divulgação desses dados para a sociedade.</p> <p>Propor atualizações nos procedimentos utilizados com vistas a atender a Declaração Universal dos Direitos Humanos e os Princípios de Yogyakarta que tratam de normas de direitos humanos e de sua aplicação a questões de orientação sexual e identidade de gênero.</p> <p>Planejamento e realização de ações de formação para profissionais em diferentes áreas e da sociedade como um todo de forma assertiva para a prevenção das violências e violações de direitos das pessoas LGBTQIA+, e para análises periódicas sobre a variação de elucidação dos crimes, aplicação das sentenças, responsabilização de agressoras/es e mapeamento das violências contra pessoas LGBTQIA+ nas regiões do Brasil, com ampla divulgação para a sociedade.</p>	<p>Estudos qualitativos e quantitativos para a produção de dados do Brasil por raça/cor/etnia, renda, religião, escolaridade, faixa etária, pessoa com deficiência, situação empregatícia, tipo de vínculo empregatício, produzindo um mapeamento sociodemográfico de vítimas, agressores e georreferenciamento dos crimes e da resolutividade dos casos, sentenças e penalidades.</p>	<p>Relatórios descritivos e analíticos de dados sistematizados, publicados e publicizados amplamente para toda a sociedade com tradução do conhecimento, audiodescrição, tradução em Libras, braile e em língua espanhola, com linguagem nítida e acessível a todas as pessoas.</p> <p>Relatório de Estudo primário – estudo transversal.</p> <p>Relatório analítico de pesquisa qualitativa.</p> <p>Relatório descritivo de pesquisa quantitativa.</p> <p>Relatório descritivo, analítico e comparativo de estudo transversal em pelo menos uma capital e uma cidade do interior em cada uma das cinco regiões brasileiras.</p> <p>Corte longitudinal retrospectiva.</p> <p>Questionário (survey).</p> <p>Síntese de evidências.</p>

EIXO 4 – DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS LGBTQIA+

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
23. Aplicação de medidas protetivas para vítimas de discriminação e/ou crimes motivados por orientação sexual e/ou identidade de gênero	Como pensar, elaborar e inserir no sistema de justiça e segurança pública medidas protetivas que reconheçam e protejam efetivamente pessoas LGBTQIA+?	<p>Inconsistência na coleta de dados estáveis sobre as pessoas LGBTQIA+. Ausência de formações específicas para as/os profissionais que atendem as pessoas LGBTQIA+ em relação ao atendimento ético e de qualidade de pessoas vítimas de violência, por orientação e/ou identidade de gênero, nas diferentes instituições que as atendem.</p> <p>Ausência de reconhecimento das instituições que acolhem pessoas violentadas em razão da orientação sexual e/ou identidade de gênero.</p> <p>Ausência de legislação e normativas específicas que apliquem medidas protetivas para pessoas LGBTQIA+.</p> <p>Ausência de dados sobre a procura das instituições e de registro de denúncias por pessoas LGBTQIA+ vítimas de discriminação ou crimes motivados por orientação sexual ou identidade de gênero.</p> <p>Efetividade de medidas práticas que protejam as mulheres, sobretudo lésbicas, trans, não binárias e intersexo no escopo da Lei Maria da Penha.</p>	<p>Elaboração de formulário padrão para cadastro de dados das pessoas nas delegacias brasileiras, possibilitando sua autodeclaração no momento do cadastro.</p> <p>Utilização deste formulário padrão em escala ampla, na totalidade das instituições.</p> <p>Mapeamento dos perfis das pessoas LGBTQIA+ vítimas de violência e denunciante, conforme suas intersecções, como identidade de gênero, expressão de gênero, características sexuais, orientação sexual, raça/cor/etnia, renda, território, religiosidade, idade, deficiência, entre outros.</p>	<p>Elaboração de decreto que verse sobre a proteção e medidas assertivas frente às violências e violação dos direitos das pessoas LGBTQIA+ com implementação em todo o território nacional.</p> <p>Elaboração e aplicação de normativa que regulamente o decreto.</p> <p>Fortalecimento da Estratégia Nacional de Enfrentamento à violência contra pessoas LGBTQIA+ por meio de ações efetivas de prevenção e enfrentamento realizadas nos territórios.</p>	<p>Identificar quantas em quais casos são concedidas as medidas protetivas para as pessoas LGBTQIA+ no Brasil.</p> <p>Mapear por meio de formulários institucionais padronizados as pessoas LGBTQIA+ que conseguiram medidas protetivas e a natureza dos crimes e violências aos quais forma submetidas, considerando suas intersecções.</p> <p>Instituir parcerias de trabalho conjunto com instituições de pesquisa e estudos como Universidades Públicas Federais, CNPq, CAPES, INEP, IBGE, Ministério da Justiça e Segurança Pública que trabalhem com o desenvolvimento de pesquisas, registro de dados e informações sobre as pessoas LGBTQIA+ vítimas de violência.</p>	<p>Relatórios descritivos e analíticos de dados sistematizados, publicados e publicizados amplamente para toda sociedade com tradução do conhecimento, audiodescrição, tradução em libras, braille, e em língua espanhola, com linguagem nítida e acessível a todas as pessoas.</p> <p>Relatórios descritivos, analíticos e comparativos de pesquisas etnográficas, <i>survey</i>, quantitativa e qualitativa sobre proteção, atendimento e segurança que visem analisar contextos e situações nas quais as pessoas LGBTQIA+ estão envolvidas.</p> <p>Elaboração de proposta de decreto específico para promoção e proteção dos direitos das pessoas LGBTQIA+, sobretudo que verse sobre medidas de proteção e defesa das vítimas.</p> <p>Padronização de cadastro de dados das pessoas atendidas nas delegacias e em demais órgãos de segurança social em todo o território nacional.</p> <p>Síntese de evidências.</p>

EIXO 4 – DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS LGBTQIA+

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
24. Evasão escolar das pessoas LGBTQIA+ e sua correlação com a violência no ambiente escolar e abandono familiar	Quais as características da relação multifacetada entre as violências de gênero, contra mulheres e pessoas LGBTQIA+ em suas interseccionalidades e períodos da vida, nas escolas e universidades públicas brasileiras, e a falta de políticas públicas institucionais de acolhimento das vítimas e responsabilização de agressores, o abandono familiar e a “evasão” escolar/acadêmica?	<p>Ausência de dados de “evasão” escolar de adolescentes e jovens LGBTQIA+ em escolas públicas no Brasil.</p> <p>Desconhecimento da relação entre violências no ambiente escolar, e bullying, contra pessoas LGBTQIA+ e abandono familiar.</p> <p>Ausência de dados sobre a “evasão” escolar e o abandono familiar das pessoas LGBTQIA+.</p> <p>Resistência da abordagem de prevenção e enfrentamento às violências contra pessoas LGBTQIA+ nas escolas, como política pública.</p> <p>Falta de entendimento da população sobre o conceito de educação como um Direito Humano de todas as pessoas.</p> <p>Ausência de dados de “evasão” de estudantes LGBTQIA+ das universidades públicas brasileiras, devido às violências de gênero, contra mulheres e pessoas LGBTQIA+.</p> <p>Ausência de dados sobre os sistemas de denúncia e registro de situações de violências de gênero, contra mulheres e pessoas LGBTQIA+ em todas as suas interseccionalidades, nas escolas e universidades públicas brasileiras.</p> <p>Ausência de dados das políticas de acolhimento de vítimas de violências de gênero, mulheres e pessoas LGBTQIA+ em todas as suas interseccionalidades, nas escolas e universidades públicas brasileiras.</p>	<p>Índice de “evasão” escolar devido às violências de gênero, contra adolescentes, jovens, mulheres e pessoas LGBTQIA+, no Brasil, em âmbito nacional, estadual e municipal.</p> <p>Relação entre violências contra pessoas LGBTQIA+ no ambiente escolar e abandono familiar.</p> <p>Relação entre abandono familiar e “evasão” escolar das pessoas LGBTQIA+.</p> <p>Relação entre as violências de gênero, contra mulheres e pessoas LGBTQIA+ em todas as suas interseccionalidades, e a “evasão” das universidades públicas.</p> <p>Relação entre os sistemas de denúncia e registros de situações de violências de gênero, contra mulheres e pessoas LGBTQIA+ em todas as suas interseccionalidades, nas escolas e universidades públicas brasileiras.</p> <p>Relação entre a ausência, ou ineficácia, das políticas de acolhimento das vítimas de violências de gênero, mulheres e pessoas LGBTQIA+ em todas as suas interseccionalidades, nas escolas e universidades públicas brasileiras.</p>	<p>Fortalecer a Estratégia Nacional de Enfrentamento às violências contra mulheres e pessoas LGBTQIA+ nas escolas e universidades públicas.</p> <p>Fundamentar por meio de evidências política pública de enfrentamento e prevenção das violências de gênero nas escolas e universidades públicas.</p> <p>Aperfeiçoar os processos e fluxos de denúncias e registros de dados junto à ONDH.</p> <p>Elaborar, implementar e executar política pública de prevenção e enfrentamento das violências de gênero, contra mulheres e pessoas LGBTQIA+ em todas as suas interseccionalidades, na adolescência e juventude, por meio de: formação de profissionais da educação básica, ensino superior e pós-graduação; produção de material de apoio pedagógico; campanhas de sensibilização; com a garantia da participação social nesses processos.</p> <p>Elaborar e implementar sistemas e fluxos padronizados de acolhida e registro de situações de violências de gênero, contra mulheres e pessoas LGBTQIA+ em todas as suas interseccionalidades, nas escolas e universidades públicas brasileiras.</p> <p>Elaborar e implementar políticas de acolhimento das vítimas de violências de gênero, mulheres e pessoas LGBTQIA+ em todas as suas interseccionalidades, nas escolas e universidades públicas brasileiras.</p> <p>Fortalecer a Estratégia Nacional de Enfrentamento às violências contra mulheres e pessoas LGBTQIA+ nas escolas e universidades públicas.</p>	<p>Dados das situações de violências de gênero, contra mulheres e pessoas LGBTQIA+ em todas as suas interseccionalidades, nas escolas e universidades públicas brasileiras, sendo em âmbito nacional, regional, estadual e municipal, considerando a faixa etária, raça/cor/etnia, identidade e expressão de gênero, orientação sexual, características sexuais, religiosidade, deficiência ou capacidade, territorialidade – escola quilombola, indígena, do campo, das águas e das florestas, da periferia e do centro, com atenção especial para estabelecimentos confessionais e escolas militarizadas.</p> <p>Mapeamento de literatura internacional e nacional, considerando a similaridade de contextos educacionais.</p> <p>Dados comparativos de pesquisas qualitativa e quantitativa.</p> <p>Dados de efetividade das soluções e boas práticas levantadas na literatura tanto em relação às escolas quanto no tocante às universidades públicas.</p>	<p>Relatórios descritivos e analíticos de dados sistematizados, publicados e publicizados amplamente para toda sociedade com tradução do conhecimento, audiodescrição, tradução em libras, braille, e em língua espanhola, com linguagem nítida e acessível a todas as pessoas.</p> <p>Relatório descritivo, analítico e comparativo sobre a relação entre as violências de gênero, contra mulheres e pessoas LGBTQIA+ em todas as suas interseccionalidades, e a “evasão” nas escolas e universidades públicas brasileiras.</p> <p>Relatório de estudo analítico e comparativo em pelo menos 1 capital e uma cidade do interior de cada região do país.</p> <p>Relatório de registro de casos dessas violências de gênero nas escolas e universidades, com período histórico desde o primeiro registro encontrado e atual.</p> <p>Relatório descritivo de <i>Survey</i>.</p> <p>Relatório de Pesquisa etnográfica. Etnografia digital (Pesquisa em redes sociais e pesquisas sociais na internet)</p> <p>Relatório de Pesquisa-ação.</p> <p>Síntese de evidências.</p>

EIXO 4 – DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS LGBTQIA+

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
25. Lacunas da legislação e proteção legal aos direitos LGBTQIA+	<p>Como as leis variam globalmente em relação aos direitos LGBTQIA+?</p> <p>Quais são as lacunas nas leis existentes em diferentes países que afetam a proteção e igualdade de direitos das pessoas LGBTQIA+?</p>	<p>Indisponibilidade de dados compilados sobre legislações que versem sobre direitos LGBTQIA+ internacionais.</p> <p>Ausência de dados sobre reconhecimento, respeito e dignidade humana das pessoas LGBTQIA+, suas identidades e vivências em diferentes países, o que dificulta a criação de legislações e proteção legal e a elaboração de políticas públicas assertivas.</p>	<p>Estudo comparativo entre as distintas legislações internacionais sobre direitos das pessoas LGBTQIA+.</p>	<p>Comprometimento do Estado brasileiro na elaboração de aparatos normativos interinstitucionais com vistas a proteção e elaboração de políticas de segurança, educação e direitos sociais para pessoas LGBTQIA+.</p>	<p>Estudo comparativo de legislações internacionais, contrastando a existência de legislações garantidoras de direitos, tais como o direito à igualdade, à dignidade, ao trabalho e à educação; discriminatórias, especialmente com possibilidade de pena de morte, privação arbitrária de liberdade, tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante em razão de orientação sexual e identidade de gênero.</p> <p>Pesquisa qualitativa e quantitativa.</p> <p>Questionário (<i>survey</i>).</p>	<p>Relatórios descritivos e analíticos de dados sistematizados, publicados e publicizados amplamente para toda sociedade com tradução, tradução em Libras, braile e em língua espanhola, com linguagem simples, objetiva e acessível a todas as pessoas.</p> <p>Elaboração de materiais informativos e formativos sobre o tema.</p> <p>Elaboração e execução de formações para profissionais de diversos âmbitos de políticas públicas.</p> <p>Síntese de evidências.</p>
26. Representação na mídia: percepção pública e a aceitação social das pessoas LGBTQIA+	<p>Quais as representações sociais e os imaginários produzidos pelos produtos midiáticos sobre as pessoas LGBTQIA+?</p>	<p>Exclusão, sub-representatividade e/ou representatividade negatizada das pessoas LGBTQIA+ nos diversos textos midiáticos.</p> <p>Ausência de representatividade das diversas configurações de famílias LGBTQIA+ nos textos midiáticos.</p> <p>Representação equivocada das identidades e/ou expressões de gênero em produtos midiáticos.</p> <p>Reproduções estereotipadas das orientações sexuais.</p> <p>Negação sistematizada das vivências das pessoas LGBTQIA+ nos produtos midiáticos para além de datas específicas (ex.: Dia do Orgulho LGBTQIA+).</p>	<p>Quais imaginários/representações das pessoas LGBTQIA+ são geralmente apresentados nos produtos midiáticos, de maior audiência, veiculadas nas mídias tradicionais (TV aberta).</p> <p>Qual o perfil socioeconômico dessas representações?</p>	<p>Produzir dados mostrando como os produtos midiáticos ao insistirem na invisibilidade ou nas representações distorcidas das pessoas LGBTQIA+ contribuem para a manutenção da ordem vigente, para falsas justificativas em relação às pessoas LGBTQIA+, para a disseminação de uma visão negatizada e para o incentivo de práticas de violências físicas e emocionais contra essas pessoas.</p>	<p>Levantamento de dados sobre essas representações em todo o território brasileiro por região, estado e município, considerando a faixa etária, o recorte racial, de cor e etnia, a identidade e expressão de gênero, a orientação sexual, o nível de renda e a religiosidade.</p>	<p>Questionário (<i>survey</i>).</p> <p>Relatório descritivo e analítico dos dados.</p> <p>Síntese de evidências.</p> <p>Estratégia de divulgação das evidências encontradas.</p>

EIXO 4 – DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS LGBTQIA+

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
27. Pobreza e desigualdade que afetam as pessoas LGBTQIA+	Qual o cenário de desigualdades sociais e pobreza das pessoas LGBTQIA+ no Brasil?	Desigualdade de oportunidades e acesso das pessoas LGBTQIA+, em relação às pessoas heterossexuais e cisgêneras, no que se refere à geração de renda, educação e formação, saúde, habitação, mercado de trabalho formal, cultura, benefícios sociais, segurança e justiça, dentre outros, potencializadas quando consideramos a interseccionalidade com os demais marcadores sociais da diferença, como raça/cor/etnia, classe social, idade, deficiência, territorialidade, religiosidade, dentre outros. Ausência de dados sobre a pobreza das pessoas LGBTQIA+. Inexistência de dados de orientação sexual e identidade de gênero nas pesquisas sociodemográficas no Brasil.	Índices relacionados à geração de renda, educação e formação, saúde, habitação, mercado de trabalho formal, cultura, benefícios sociais, segurança e justiça, dentre outros, considerando a interseccionalidade com os demais marcadores sociais da diferença, como raça/cor/etnia, classe social, idade, deficiência, territorialidade, religiosidade, dentre outros. Índices das pessoas LGBTQIA+ em situação de rua, insegurança alimentar, pobreza extrema, abuso de álcool e outras drogas, subemprego.	Intersetorialidade de políticas públicas. Melhorar o acesso aos diferentes programas sociais.	Pesquisa qualitativa e quantitativa sobre as oportunidades e acessos das pessoas LGBTQIA+ em relação à geração de renda, educação e formação, saúde, habitação, mercado de trabalho formal, cultura, benefícios sociais, segurança e justiça, dentre outros, potencializadas quando consideramos a interseccionalidade com os demais marcadores sociais da diferença, como raça/cor/etnia, classe social, idade, deficiência, territorialidade, religiosidade, dentre outros. Pesquisa em diferentes territórios, representativa das regiões do Brasil.	Relatório descritivo e analítico dos dados. Síntese de evidências.
28. A influência da ausência de dados sobre identidade de gênero e orientação sexual nas políticas públicas brasileiras	Como a ausência de dados sobre pessoas LGBTQIA+ influencia na elaboração de políticas públicas para essa população no Brasil?	Ausência de indicadores, índices e dados sobre a população LGBTQIA+ em cadastros públicos e privados.	Mapeamento sociodemográfico das pessoas LGBTQIA+ no Brasil, observadas as suas especificidades, especialmente sobre acesso à direitos e políticas públicas. Atualização e padronização de todas as perguntas em um formulário padrão para a coleta de dados sobre as pessoas LGBTQIA+, visando à potencialidade de cruzamentos de dados. Metodologia adequada de coleta e análise de dados sobre a população LGBTQIA+ para dados estáveis.	Compreender qual o contexto ao qual as pessoas LGBTQIA+ estão submetidas para elaborar, planejar, implementar e políticas públicas específicas de promoção e defesa de direitos. Pactuação com instituições federais, estaduais e municipais para implementar a utilização do formulário padrão para a coleta de dados sobre as pessoas LGBTQIA+ em todos os cadastros públicos. Elaboração de Instrução Normativa com o formulário e a metodologia para coleta e análise de dados sobre a população LGBTQIA+.	Pesquisa qualitativa e quantitativa. Questionário (<i>survey</i>). Pesquisa etnográfica. Etnografia digital (Pesquisa em redes sociais e pesquisas sociais na internet).	Relatórios de dados sistematizados, publicados e publicizados amplamente para toda sociedade com tradução, tradução em Libras, braille e em língua espanhola, com linguagem nítida e acessível a todas as pessoas. Relatórios descritivo, analíticos e comparados dos dados da pesquisa.

EIXO 4 – DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS LGBTQIA+

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS	
29. Diagnóstico situacional dos crimes de ódio, discriminação e outros problemas enfrentados pelas pessoas LGBTQIA+	Qual a situação dos crimes de ódio, discriminação e violação de direitos das pessoas LGBTQIA+ no Brasil?	Ausência de índices da prevalência de crimes de ódio, discriminação e de outras situações de negação de direitos às pessoas LGBTQIA+ no Brasil. Desconhecimento da relação social entre o autor do crime de ódio, discriminação e negação de direitos com a vítima que compõe o grupo social LGBTQIA+.	Índice de crimes de ódio, discriminação, negação de direitos às pessoas LGBTQIA+ no Brasil. Mapeamento sociodemográfico da ocorrência de crimes de ódio, discriminação e negação de direitos às pessoas LGBTQIA+ no Brasil.	Formular estratégia para prevenir e enfrentar os crimes de ódio, discriminação e negação de direitos enfrentados pelas pessoas LGBTQIA+ no Brasil.	Dados do Brasil por região, estado e município, considerando a faixa etária, o recorte de raça/cor/etnia, identidade e expressão de gênero, orientação sexual, características sexuais, deficiência ou capacidade, territorialidade, da pessoa vítima e da pessoa autora dos crimes de ódio, discriminação e violação de direitos das pessoas LGBTQIA+.	Estratégia de divulgação ampla dos resultados da pesquisa. Relatório descritivo, analítico e comparativo realizado em pelo menos uma capital e uma cidade do interior de cada região do Brasil.	
	Quais os problemas enfrentados pela população LGBTQIA+ no Brasil para além dos crimes de ódio e discriminação? (por exemplo, acesso ao mercado de trabalho, acesso a benefícios sociais, acesso a espaços de tomada de decisões, violência política e institucional, dentre outros?)	Ausência de dados sociodemográficos da vítima e da pessoa agressora nos crimes de ódio, discriminação e negação de direitos às pessoas LGBTQIA+. Ausência de dados sobre os locais nos quais as violências foram praticadas como, por exemplo: residência da vítima, residência do agressor, instituição pública, espaço público, espaço privado, dentre outras possibilidades.	Identificar e caracterizar os problemas sociais enfrentados pelas pessoas LGBTQIA+ no Brasil.	Realizar pactuação, informada por evidências, para ação articulada entre o MDHC e o MJSP para o enfrentamento e a prevenção da violência contra pessoas LGBTQIA+ no Brasil.	Aperfeiçoamento dos processos de denúncia junto a ONDH e seus encaminhamentos.	Identificação e caracterização dos problemas sociais enfrentados pela população LGBTQIA+ para além dos crimes de ódio, discriminação e violação de direitos, tais como: acesso ao mercado de trabalho, acesso a benefícios sociais, acesso a espaços de tomada de decisões, violência política, violência contra pessoas LGBTQIA+ nas instituições, dentre outras.	Relatório descritivo Survey. Relatório descritivo e analítico de pesquisa etnográfica.
	Quais os marcadores sociais da diferença das pessoas acusadas e das vítimas dos crimes de ódio, discriminação e violação de direitos das pessoas LGBTQIA+ no Brasil?	Dificuldades da Segurança Pública na identificação e caracterização dos crimes de ódio, discriminação e negação de direitos às pessoas LGBTQIA+.		Formação continuada das/os profissionais da segurança pública para o atendimento ético e qualificado e registro fidedigno das denúncias de crimes de ódio, discriminação e negação de direitos das pessoas LGBTQIA+.			Etnografia digital (Pesquisa em redes sociais e pesquisas sociais na internet).
	Quais as estratégias baseadas em evidências de como prevenir e enfrentar os crimes de ódio, discriminação e violação de direitos das pessoas LGBTQIA+ no Brasil?	Inoperância do Estado na prevenção e no enfrentamento aos crimes de ódio, discriminação e violação de direitos das pessoas LGBTQIA+.					Relatório descritivo e analítico de pesquisa ação. Síntese de evidências.

EIXO 5 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
30. Diagnóstico situacional sobre organizações migrantes no território brasileiro	<p>Como se organizam as organizações migrantes pelo território brasileiro?</p> <p>Quantas são, onde estão, são ou não formalizadas, qual sua atuação, quais suas principais dificuldades e demandas?</p>	Desconhecimento acerca das organizações migrantes no Brasil.	Informações sobre as associações migrantes no Brasil.	Considerando a criação que está sendo feita no momento de um fórum de lideranças migrantes, seria importante conhecer as associações que esses migrantes representam, entender quais são suas necessidades e pensar em programas e projetos que visem capacitá-los para que eles possam aprimorar suas atuações políticas frente ao Estado, organismos internacionais e sociedade civil e para que eles possam desenvolver ações junto às populações que eles representam.	<p>Levantamento bibliográfico sobre organizações migrantes no Brasil.</p> <p>Levantamento quantitativo sobre as organizações migrantes brasileiras regularizadas ou não. Pesquisa qualitativa sobre formas de atuação, necessidades e demandas (questionário aberto, entrevista).</p>	<p>Revisões de escopo e Mapas de Evidências sobre organizações migrantes no Brasil.</p> <p>Relatório com dados quantitativos e qualitativos sobre as associações migrantes no Brasil.</p>
31. Orçamento público destinado ao registro civil de nascimento	<p>Qual a origem, montante, forma e critérios de destinação de recursos para a promoção do registro civil de nascimento no Brasil?</p> <p>Qual o cenário de distribuição alocativa de recursos financeiros nos últimos dez anos no Brasil?</p>	Desconhecimento da distribuição de recursos públicos destinados ao registro civil de nascimento pelas políticas e órgãos: provável causa de inequidade e disparidades regionais nesse âmbito.	Desenho do fluxo de distribuição de recursos: identificação órgãos e esferas, georreferenciamento e valores em determinada faixa de tempo (5 ou 10 anos).	Verificar as características de aplicação de recursos em certas localidades para direcionar ações e programas, buscando mais eficiência na alocação de recursos financeiros.	<p>Levantamento dos dados dos recursos aplicados nos últimos dez anos.</p> <p>Georreferenciamento dos dados territoriais.</p> <p>Identificação da aplicação dos recursos nas diversas esferas.</p>	Estudo técnico, análises exploratórias de dados, avaliação econômica (impacto orçamentário).
32. Dados, informações e evidências para subsidiar políticas públicas de promoção de registro civil	Qual a relevância de dados e informações contidas no SIRC para formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas que consideram o registro civil de nascimento?	Falta de dados organizados que subsidiem a elaboração, monitoramento e avaliação de políticas públicas.	Conhecimento dos dados existentes, índices de monitoramento e avaliação.	<p>Direcionamento de esforços para áreas deficitárias.</p> <p>Reorganização de políticas públicas.</p>	<p>Inventário de dados disponíveis.</p> <p>Definição dos dados que são relevantes.</p> <p>Aplicação de índices, montagem de painel de dados.</p>	Estudo técnico, análises exploratórias de dados, avaliação de impacto.

EIXO 5 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
33. Cobertura das Unidades Interligadas e a promoção do registro de nascimento no Brasil	Qual a situação da cobertura das Unidades Interligadas no Brasil? Qual a causa do não registro de bebês em maternidades no Brasil?	Desconhecimento da cobertura das Unidades Interligadas no Brasil. Efetividade das Unidades Interligadas quanto ao registro civil de nascimento de bebês que nascem nas maternidades. Fatores de baixa cobertura e efetividade.	Escassez de dados sobre taxa de cobertura de UI no Brasil e desconhecimento sobre o porquê do fenômeno do não registro civil de nascimento em maternidades com e sem Unidades Interligadas.	Elaborar estratégias nacionais para aumentar o número de bebês registrados em Unidades Interligadas.	Levantamento dos dados necessários à construção de indicador de cobertura e efetividade das Unidades Interligadas. Dados territoriais de UF e municípios. Mapear fatores qualitativos.	Estudo técnico, análises exploratórias de dados, avaliação de resultado. Pesquisa qualitativa.
34. Cenário de registro de nascimento com ausência de paternidade no Brasil	Qual o cenário de ausência de paternidade em registro de nascimento no Brasil e quais as suas causas?	Desconhecimento do cenário brasileiro de ausência de paternidade nos registros de nascimento. Desconhecimento das causas que levam ausência de paternidade no registro de nascimento no Brasil.	Dados quantitativos dos registros de nascimento sem paternidade. Dados qualitativos dos registros de nascimento sem paternidade.	Elaborar estratégias nacionais para reduzir o número de registros de nascimento com ausência de paternidade, atuando diretamente nas suas causas.	Levantamento de dados por UF e municípios. Mapeamento de políticas públicas existentes na literatura nacional e internacional.	Estudo técnico, análises exploratórias de dados, estudo transversal. Síntese de evidências.
35. Percepções dos agentes de segurança pública sobre direitos humanos	Qual a percepção dos profissionais de segurança pública sobre os direitos humanos?	Ausência de uma política pública nacional para capacitação contínua dos profissionais de segurança pública sobre direitos humanos. Necessidade de atualização da matriz curricular nacional para lidar com esse problema. Capacitação desses profissionais para que eles sejam reconhecidos como sujeitos de direitos (humanos), assim como defensores de tais direitos para o conjunto da população brasileira.	Estudos sobre a percepção dos profissionais de segurança pública acerca dos direitos humanos precisam ser replicados, a saber, o que é visto como direito humano e se estes profissionais (sobretudo os que estão na ponta) se reconhecem também como sujeitos de direitos. Da mesma forma em que há um clamor popular denunciando o não respeito aos direitos humanos por parte dos profissionais de segurança pública, muitos desses não se reconhecem como detentores de tais direitos.	Apoio ao MJSP na atualização da matriz curricular nacional de capacitação dos agentes de segurança pública sobre direitos humanos e oferta contínua de cursos sobre temáticas diversas de direitos humanos. Elaboração de uma política nacional de reconhecimento aos profissionais de segurança pública, defensores e sujeitos dos direitos humanos.	Diagnóstico e análise qualitativa dos conteúdos sobre direitos humanos ministrados nos cursos de formação/ capacitação dos profissionais de segurança pública. Levantamento e avaliação de iniciativas semelhantes anteriores e que não lograram êxito e/ou foram descontinuadas Consulta aos profissionais de segurança pública sobre suas percepções e experiências acerca do tema, por meio de entrevistas com os instrutores, coordenadores e superiores hierárquicos (comandantes etc.) e grupos focais com os agentes que trabalham "na ponta". Apoio ao MJSP na atualização da matriz curricular nacional de capacitação dos agentes de segurança pública sobre direitos humanos e oferta contínua de cursos sobre temáticas diversas de direitos humanos, formulados com base nas respostas dos próprios profissionais em diálogo com o público-alvo e destinatário, sobretudo os grupos "mais vulnerabilizados" da população.	Avaliação da percepção/satisfação <i>Policy brief.</i> Revisão sistêmica. Diálogo de políticas e síntese do diálogo.

EIXO 5 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
36. Percepções dos familiares sobre políticas públicas para pessoas desaparecidas e seus familiares	Qual a percepção dos familiares das pessoas desaparecidas sobre os serviços públicos existentes no Brasil?	<p>Ausência da protocolos uniformizados de atenção aos casos de pessoas desaparecidas no Brasil.</p> <p>Necessidade de uniformização da atenção aos casos de pessoas desaparecidas, com coleta de dados, rede de investigação com protocolo de ação, fornecimento de informação e acompanhamento por parte dos familiares, bem como tratamento do passivo de casos em abertos existentes no Brasil.</p> <p>Coordenar ações do Comitê Gestor da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, especialmente no que tange a protocolos padrão para os casos de pessoas desaparecidas, pensando nas atribuições do MDHC junto à Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas (art. 13, §1º atendimento psicossocial e jurídico às vítimas e aos familiares; óbitos e cemitérios; registro civil; adoção segura e aperfeiçoamento normativo.</p>	<p>O Brasil aprovou, em 2019, a Lei nº 13.812 que institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas.</p> <p>O Ministério da Justiça e Segurança Pública lançou em 2023, o Decreto nº 10.622, que criou um Comitê Gestor para implementar os eixos da política nacional.</p> <p>Sistematizar dados das unidades federativas sobre pessoas desaparecidas acerca da sua ocorrência, circunstâncias do desaparecimento, medidas adotadas para busca, informações sobre o passivo existente e atendimento aos familiares das pessoas desaparecidas.</p> <p>Compreender como os familiares das pessoas desaparecidas avaliam o serviço público existente no Brasil.</p>	<p>Criação de protocolos padrão para os casos de pessoas desaparecidas, pensando nas atribuições do MDHC junto à Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas (art. 13, §1º atendimento psicossocial e jurídico às vítimas e aos familiares; óbitos e cemitérios; registro civil; adoção segura e aperfeiçoamento normativo.</p>	<p>Por meio de estudo técnico de microdados, é possível verificar como o desaparecimento de pessoas vem sendo registrado e investigado no Brasil; e de forma a saber qual a percepção dos familiares das pessoas desaparecidas, deve-se realizar uma “avaliação da percepção/satisfação de beneficiários”.</p> <p>E, por fim, “análise exploratória de dados”, para estudo das informações até então coletadas pelo Sistema Nacional, para execução dos eixos da Política Nacional.</p> <p>Mapas de evidências ou sínteses de evidências poderão trazer experiências nacionais e internacionais publicadas na literatura científica ou cinzenta sobre as estratégias para lidar com o desaparecimento de pessoas desaparecidas.</p>	<p>Síntese de evidências para políticas, análises técnicas de dados existentes e mapas de evidências para apoiar a criação de protocolos padrão para os casos de pessoas desaparecidas, pensando nas atribuições do MDHC junto à Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas (art. 13, §1º atendimento psicossocial e jurídico às vítimas e aos familiares; óbitos e cemitérios; registro civil; adoção segura e aperfeiçoamento normativo.</p>

EIXO 5 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
37. Percepções das vítimas de violência de Estado sobre políticas públicas endereçadas ao grupo	Qual a percepção das vítimas de violência sobre os serviços públicos de atenção existentes no Brasil?	<p>Ausência de política pública para reparação integral das vítimas de violência.</p> <p>Existem serviços públicos para pessoas que sofrem violência, mas as medidas adotadas não servem para reparação integral do dano, que envolve medidas de reabilitação, satisfação, indenização, responsabilização dos culpados, memória e não repetição.</p> <p>A demanda atual busca saber como as vítimas avaliam os serviços atuais e quais/onde esses serviços são executados.</p>	<p>Não há informações sobre a percepção das vítimas acerca dos serviços atuais que são prestados e tão pouco como esse fluxo de atendimento é realizado.</p> <p>As informações existentes são que as vítimas precisam acessar várias instituições públicas para ter acesso à justiça, atendimento médico, atendimento psicossocial, o que por vezes resulta em demora na sua prestação e ineficiência do serviço.</p>	<p>A Política Nacional de Atenção à Vítima de Violência é uma prioridade na agenda ministerial.</p> <p>Elaboração da Política Nacional de Atenção à Vítima de Violência com vistas a reparação integral do dano, por meio de Decreto.</p>	<p>A fim de identificar os serviços públicos existentes, requer-se um levantamento e diagnóstico, por meio de um "estudo técnico".</p> <p>Além disso, para avaliar a percepção das vítimas sobre tais serviços, recomenda-se análise da literatura nacional sobre o tema mediante <i>policy brief</i>, bem como entrevistas, visitas in loco, para que as vítimas e familiares possa expressar sua avaliação sobre os atendimentos realizados e expectativas sobre serviços que sejam executados, conduzindo uma "avaliação da percepção/satisfação de beneficiários".</p>	<p>Questionário (<i>survey</i>).</p> <p>Diagnóstico sobre os serviços públicos voltados para vítimas de violência e a avaliação de vítimas e familiares e suas expectativas sobre eles.</p>
38. Fluxo de atendimento das ouvidorias de polícia	Como tornar ouvidorias de polícia estaduais instrumentos de apoio eficazes para a concretização de uma política nacional de direitos humanos, para o campo da segurança pública?	<p>Problema da realidade: ausência de uma política de direitos humanos para a segurança pública.</p> <p>Problema do MDHC: Criar as condições necessárias para a Instrumentalização das ouvidorias de polícia, cuja regulação é de competência estadual, para atuarem como mecanismos de garantia da concretização de uma política de direitos humanos e controle social sobre a política de segurança pública.</p>	<p>Dados sobre a compreensão que o Governo Federal e governos estaduais, a sociedade civil e as corporações e agentes das forças de segurança tem sobre o papel das ouvidorias e quais mecanismos qualitativos são necessários para que estas se tornem ferramentas de concretização de uma política de direitos humanos e controle social da política de segurança pública.</p> <p>Dados sobre o impacto das demais ouvidorias de outras políticas, sobre os respectivos resultados esperados.</p>	<p>A tomada de decisão se dá em duas fases:</p> <p>A gestão precisa identificar as ouvidorias como mecanismo de gestão qualitativamente eficiente a concretizar uma política de direitos humanos ao controlar a atuação das corporações de segurança, sobretudo quanto ao uso legítimo da força policial no cotidiano das operações policiais.</p> <p>Prover os recursos orçamentários à consecução do primeiro passo (uma vez identificadas as ouvidorias como mecanismo de gestão eficiente da política de segurança pública, carrear os recursos orçamentários e extraorçamentários necessários à concretização das ações previstas).</p>	<p>Revisão da literatura sobre a funcionalidade das ouvidorias na perspectiva apresentada na definição do problema.</p> <p>Natureza empírica dos estudos, com metodologias que busquem escuta ativa dos atores que constroem a agenda no campo.</p>	<p>Estudos técnicos, análises exploratórias de dados.</p> <p>Sínteses de evidências para políticas.</p> <p>Avaliação da percepção/satisfação de beneficiários, estudos comparativos, pesquisa-ação, análise de conteúdo etc.</p>

EIXO 5 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
39. Dados, informações e evidências para subsidiar políticas públicas de direitos humanos para superação da situação de rua no Brasil	Quais as estratégias baseadas em evidências para subsidiar políticas públicas de direitos humanos para a superação da situação de rua no Brasil?	<p>Histórico de políticas públicas de atenção às pessoas alinhada à manutenção da situação de rua (escopo).</p> <p>Dificuldade técnica e política de dar relevo à população em situação de rua para fins censitários (gestão e normativo).</p> <p>Baixa institucionalidade das estratégias de garantia de moradia imediata à população em situação de rua (gestão).</p> <p>Baixa compreensão da intersecção necessária para se construir políticas intersetoriais à luz dos marcos regulatórios de direitos humanos.</p> <p>Insuficiência de dados que permitem identificar e individualizar causas de morbimortalidade da população em situação de rua.</p> <p>Inexistência de informações sobre o nível de institucionalidade e alinhamento das políticas municipais em relação à Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR).</p>	<p>Dados censitários qualificados sobre a população em situação de rua.</p> <p>Avaliação de impacto das políticas públicas de atenção às pessoas alinhada à manutenção da situação de rua, isto é, que não adotam o escopo da superação da situação</p> <p>Informações sobre causas e contextos de morbimortalidade da população em situação de rua.</p> <p>Informações que revelem o nível de institucionalidade e alinhamento das políticas municipais em relação à Política Nacional para a População em Situação de Rua.</p>	<p>Proposição de normativos de cooperação intersetorial para garantia de moradia imediata à população em situação de rua (instrumentos: leis, portarias e decretos).</p> <p>Pactuação intersetorial para qualificação da atenção à saúde das pessoas em situação de rua (instrumentos: portarias, decretos e resoluções conselheiras).</p> <p>Realização de Censo Nacional Pop Rua (instrumento: decreto)</p> <p>Qualificação de bases de dados que possibilitem produzir informações sobre causas e contextos de morbimortalidade da população em situação de rua.</p> <p>Qualificação do instrumento do Censo Nacional do IBGE a partir da inserção de bloco sobre - e para - a população em situação de rua (instrumento: termo de cooperação).</p> <p>Produção de condicionalidades cruzadas: habilitação de serviços em saúde e assistência social condicionada à adesão à Política Nacional para a População em Situação de Rua (instrumento: lei).</p>	<p>Pesquisa qualitativa de bases de dados que identificam pessoas em situação de rua.</p> <p>Avaliações de gestão de políticas públicas acerca do impacto das políticas de atenção às pessoas alinhada à manutenção da situação de rua, isto é, que não adotam o escopo da superação da situação (análise qualitativa e quantitativa).</p> <p>Avaliações de políticas públicas acerca do impacto das ações de superação da situação de rua (análise qualitativa).</p>	<p>Síntese de evidências para políticas.</p> <p>Avaliação do impacto.</p> <p>Pesquisa qualitativa contendo relatório analítico sobre a qualidade das bases de dados que identificam pessoas em situação de rua.</p> <p>Relatório analítico de impacto das políticas de atenção às pessoas alinhada à manutenção da situação de rua, isto é, que não adotam o escopo da superação da situação.</p> <p>Relatório analítico acerca do impacto das ações de superação da situação de rua (análise qualitativa)</p> <p>Proposta de Censo Nacional da População em Situação de Rua.</p> <p>Relatório de identificação das lacunas existentes entre e nas bases de dados que impossibilitam conhecer causas e contextos de morbimortalidade da população em situação de rua.</p> <p>Relatórios de gestão periódicos dos estados, de consolidação de dados de alinhamento dos municípios à PNPSR.</p>

EIXO 5 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
40. Desenvolvimento de Capacidades Institucionais para políticas públicas de direitos humanos no Brasil	<p>Quais são os principais déficits, barreiras e facilitadores para o desenvolvimento de capacidades institucionais pelos governos municipais, estaduais e federal para a produção de políticas públicas de direitos humanos efetivas?</p> <p>Quais as experiências bem-sucedidas de desenvolvimento de capacidades institucionais em direitos humanos nos territórios?</p>	Baixa institucionalização de políticas públicas em direitos humanos no Brasil.	<p>Estratégias para criar e desenvolver capacidades institucionais estaduais e municipais no que tange à organização dos governos (estruturas, arranjos e instrumentos).</p> <p>Desenvolvimento e fortalecimento de capacidades institucionais voltadas às políticas públicas em direitos humanos.</p>	Desenvolvimento e fortalecimento de capacidades institucionais voltadas às políticas públicas em direitos humanos.	Levantamento nacional e internacional.	<p>Síntese de evidências para políticas.</p> <p>Diálogo de políticas e síntese do diálogo.</p> <p>Revisão de escopo/ mapas de evidências.</p>
41. Monitoramento de discursos de ódio em ambiente virtual	<p>Quais as principais formas e o conteúdo de manifestação de discursos de ódio em ambientes virtuais no observadas no Brasil?</p> <p>A partir de um mapeamento geral dessas manifestações, quais seriam as estratégias mais adequadas para o enfrentamento de discursos de ódio e incitação à violência em ambientes virtuais?</p>	Aumento acelerado nas manifestações de discurso de ódio no país.	<p>Aumento acelerado nas manifestações de discurso de ódio no país nos últimos anos.</p> <p>Ausência de informações sistematizadas sobre as principais formas de manifestação na internet e desconhecimento das estratégias efetivas informadas por evidências de enfrentamento ao discurso de ódio no Brasil.</p> <p>Formular ações no campo do enfrentamento ao discurso de ódio; implementação das recomendações que constam no relatório do GT- combate ao discurso de ódio e ao extremismo no país.</p>	Formular ações no campo do enfrentamento ao discurso de ódio; implementação das recomendações que constam no relatório do GT- combate ao discurso de ódio e ao extremismo no país.	Levantamento da literatura nacional e internacional, incluindo informações sobre como o discurso de ódio pode aprofundar as desigualdades existentes (como a pobreza, a fome, o racismo estrutural, o extermínio indígena, a misoginia, a LGBTQIA+fobia, aporofobia, entre outros) ou provoque processos de revitimização.	<p>Síntese de evidências para políticas.</p> <p>Diálogo de políticas e síntese do diálogo.</p> <p>Revisão de escopo/ mapas de evidências.</p> <p>Pesquisa em redes sociais e pesquisas sociais na internet.</p>
42. Prevenção e Redução de homicídios no Brasil: estratégias bem-sucedidas	<p>Quais as estratégias implementadas no Brasil foram bem-sucedidas na prevenção e redução de homicídios?</p> <p>Como fortalecer as incidências das políticas de direitos humanos na área de segurança pública, visando à realização do direito à vida?</p>	<p>Alto índice de homicídios nos territórios brasileiros.</p> <p>Desconhecimento das estratégias existentes e das evidências de impacto dessas estratégias de prevenção e redução de homicídios já realizadas no Brasil e na América Latina.</p>	Desconhecimento das estratégias existentes e das evidências de impacto dessas estratégias de prevenção e redução de homicídios já realizadas no Brasil e na América Latina.	Criação Estratégia Nacional de Prevenção e Combate aos homicídios no Brasil.	<p>Literatura nacional e internacional.</p> <p>Dados de territórios.</p> <p>Informações sobre a similaridade do cenário com o do Brasil.</p> <p>Busca em literatura cinzenta - dados, relatórios, documentos institucionais, <i>policy briefs</i>.</p>	<p>Revisão de escopo.</p> <p>Mapas de evidências.</p> <p>Síntese de evidências para políticas e/ou revisão sistemática.</p>

EIXO 5 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
43. Prevenção e enfrentamento ao extremismo no Brasil através da educação em direitos humanos.	Qual o cenário brasileiro atual de perseguição e ataques ideologicamente orientados(os) a professoras(es) e educadoras(es)? Quais as estratégias baseadas em evidências para prevenir e enfrentar esse problema?	Indisponibilidade de dados atualizados, completos e sistemáticos sobre grupos extremistas no Brasil.	Historicamente, os estudos existentes sobre extremismo no Brasil são focados em células neonazistas, e mesmo estes precisam ser atualizados e sistematizados. Estudos sobre manifestações mais recentes do fenômeno, ligadas às novas mídias, como comunidades misóginas e de ataques à democracia, precisam ser sistematizados e traduzidos para a gestão em políticas públicas.	Elaboração de políticas de denúncia e prevenção ao extremismo através de educação em direitos humanos.	Atualização e melhor sistematização do mapeamento de células neonazistas no Brasil. Mapeamento e sistematização de outras comunidades extremas emergentes em ambientes digitais, e sua ancoragem offline.	Síntese de evidências, <i>policy briefs</i> sobre o cenário sistematizado do neonazismo no Brasil e estratégias de prevenção de aumento desses grupos e enfrentamento das influências das ideologias neonazistas na corrosão da democracia e da garantia dos direitos humanos. Mapeamento e sistematização de estudos sobre outras comunidades extremistas no Brasil.

EIXO 5 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

TEMA DE PESQUISA	PERGUNTA DE PESQUISA	PROBLEMA PÚBLICO	LACUNAS DE EVIDÊNCIAS	TOMADA DE DECISÃO	CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS	PRODUTOS ESPERADOS
44. Prevenção e enfrentamento à perseguição e ataques ideologicamente orientados(os) a professoras(es) e educadoras(es) no Brasil.	Qual o cenário brasileiro atual de perseguição e ataques ideologicamente orientados(os) a professoras(es) e educadoras(es)? Quais as estratégias baseadas em evidências para prevenir e enfrentar esse problema?	Escassez de relatos qualificados de ataques ideologicamente orientados que gerem insumos para construção de políticas públicas nesse campo. É preciso um levantamento sistemático dos casos em todo o país, com tipologia voltada para a construção de políticas públicas de denúncia, proteção e prevenção. Indisponibilidade de dados atualizados, completos e sistemáticos sobre a perseguição e ataques ideologicamente orientados a professoras(es) e educadoras(es) no Brasil.	Registro e levantamento de casos, por região, com dados sobre vítimas e perpetradores, e formas existentes de encaminhamento ou falta de encaminhamento.	Elaboração de fluxo de encaminhamento de denúncias pelo Disque 100.	Levantamento de dados com distribuição geográfica e tipologia dos casos de ocorrência de ataques e experiências nacionais e internacionais para enfrentamento do problema.	Estudo técnico com levantamento de dados sobre o cenário de perseguição professoras(es) e educadoras(es) no Brasil. <i>Policy brief</i> contendo estratégias para enfrentamento desse problema em outros países e no Brasil que permita elaboração de proposta de matriz de encaminhamento de denúncias.

APÊNDICE 1 – EXEMPLOS DE PRODUTOS E TIPOS DE PESQUISAS POTENCIALMENTE APLICÁVEIS NO ÂMBITO DAS PRIORIDADES DE PESQUISA EM DIREITOS HUMANOS

PRODUTOS DE RESPOSTA RÁPIDA E TIPOS DE PESQUISA

PRODUTO	CARACTERÍSTICAS	PRAZO ESTIMADO*	EXEMPLO
INVENTÁRIO DE REFERÊNCIAS	Identifica e quantifica as evidências disponíveis sobre determinado tema, informando os estudos e links para acesso.	Curto prazo (5 a 10 dias)	Inventário de referências elaborado pelo Instituto Veredas por encomenda da CGIE.
POLICY BRIEF	Apresenta um breve sumário sobre determinado tema ou problema de pesquisa a partir dos estudos disponíveis, com uma contextualização de variáveis e resultados de políticas relacionadas.	Curto prazo (10 a 15 dias)	Policy Brief da Enap sobre moradia para a população mais vulnerável
REVISÃO RÁPIDA	Identifica, quantifica e classifica as evidências disponíveis, apresentando uma síntese qualitativa ou quantitativa de estudos sobre determinada temática.	Médio prazo (30 a 60 dias)	Revisão Rápida do Instituto Veredas sobre experiências internacionais em políticas penais
SÍNTESE RÁPIDA PARA POLÍTICAS	Identifica, mapeia e sintetiza o resultado de pesquisas científicas sobre determinado tema por meio do uso de metodologias de revisão sistemática.	Médio prazo (30 a 60 dias)	Relatório da Enap sobre avaliação biopsicossocial da deficiência
SÍNTESE DE EVIDÊNCIAS PARA POLÍTICAS	Identifica, mapeia e sintetiza o resultado de pesquisas científicas sobre determinado tema através do uso de metodologias de revisão sistemática, incluindo avaliação da qualidade metodológica dos estudos incluídos e considerações sobre equidade.	Médio prazo (30 a 90 dias)	Síntese de Evidências para Políticas de Saúde, da EvipNet/ Ministério da Saúde
REVISÃO SISTEMÁTICA	Identifica, avalia e sintetiza o conjunto de evidências encontradas a partir de métodos sistemáticos de revisão de literatura, incluindo avaliação da qualidade metodológica dos estudos, avaliação do nível de evidência e da força de recomendação.	Médio prazo (30 a 90 dias)	Revisão sistemática da literatura sobre desempenho de organizações policiais, da Enap
REVISÃO DE ESCOPO	Identifica e esclarece os conceitos-chave sobre um determinado tema.	Médio prazo (30 a 60 dias)	Revisão de escopo sobre educação permanente em saúde em ambientes digitais de nova geração, da Enap
DIÁLOGO DE POLÍTICAS E SÍNTESE DO DIÁLOGO	Coleta evidências coloquiais de atores sociais envolvidos em debates dirigidos sobre determinado tema ou política (diálogo de políticas) e sintetiza as evidências coletadas no diálogo (síntese do diálogo).	Curto prazo (5 a 10 dias)	Síntese do diálogo deliberativo sobre melhora na adesão ao tratamento em adolescentes com doença falciforme, da EvipNet
MAPA DE EVIDÊNCIAS	Identifica e organiza evidências disponíveis sobre determinado tema por meio de buscas sistemáticas de estudos que são sintetizados e categorizados em temas e desfechos de interesse.	Médio prazo (30 a 90 dias)	Mapa de evidências para o sistema prisional, da Enap
ESTUDO TÉCNICO	Analisa microdados dos registros administrativos e sistemas de informação sobre políticas públicas.	Médio prazo (30 a 90 dias)	Estudo técnico do MDS para atualização dos territórios com maiores níveis de insegurança alimentar e nutricional - CadÚnico e SISVAN
ESTUDO DE CASO	Investiga com profundidade um “objeto” de pesquisa, preservando o caráter unitário do objeto social estudado.	Longo Prazo (3 a 6 meses)	Estudo de caso sobre potencialidades e limites para a implementação de sistemas locais de segurança alimentar e nutricional, da UFRJ/MDS
AValiação DA PERCEPÇÃO/ SATISFAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS	Avalia a qualidade de um programa, política ou serviço prestado, a satisfação dos beneficiários e o seu desempenho geral	Médio prazo (30 a 90 dias)	Avaliação qualitativa da percepção de resultados do Programa Criança Feliz junto a seus beneficiários e agentes, do MDS
ESTUDOS COMPARATIVOS	Investiga um objeto de estudo em diferentes contextos, comparando características ou resultados.	Longo Prazo (3 a 6 meses)	Estudo comparativo sobre a percepções sobre (des)igualdade de gênero entre civis e policiais, da Enap
PESQUISA ETNOGRÁFICA	Investiga um objeto de estudo a partir da inserção do pesquisador no campo e vivência da rotina diária da população pesquisada.	Longo prazo (6 a 12 meses)	Estudos etnográficos sobre o Programa Bolsa Família entre povos indígenas, do MDS

PRODUTOS DE RESPOSTA RÁPIDA E TIPOS DE PESQUISA

PRODUTO	CARACTERÍSTICAS	PRAZO ESTIMADO*	EXEMPLO
HISTÓRIA DE VIDA OU MÉTODO BIOGRÁFICO	Investiga a história de vida a partir de entrevistas biográficas e pesquisa documental, com fontes primárias (entrevistas, cartas, diários) e secundárias (jornais, revistas, vídeos)	Longo Prazo (3 a 6 meses)	Artigo sobre limites e possibilidades do uso da história de vida em pesquisas com refugiados no Brasil
PESQUISA EM REDES SOCIAIS E PESQUISAS SOCIAIS NA INTERNET	Analisa o conteúdo disponível na Internet/redes sociais para analisar o perfil e atuação de pessoas ou organizações, seus interesses e interações/conexões, como se comportam e influenciam outros comportamentos e as motivações.	Longo Prazo (3 a 6 meses)	Monografia sobre Redes Sociais e Participação Política: Um estudo da página do Senado Federal no Facebook
PESQUISA-AÇÃO	Investiga a ação e a prática a partir de um método em que pesquisadores e participantes da pesquisa estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.	Longo prazo (6 a 12 meses)	Artigo sobre a pesquisa-ação do Projeto Fairwork no Brasil sobre trabalho decente no contexto das plataformas digitais
ANÁLISE DE CONTEÚDO	Investiga o conteúdo semântico de textos ou de um conjunto de documentos (textos, áudio, imagens).	Médio prazo (30 a 90 dias)	Avaliação de programas públicos por meio da análise estruturada dos relatórios de auditoria da CGU
ANÁLISE DO DISCURSO OU PESQUISA NARRATIVA	Investiga práticas de comunicação escritas, orais e imagens de pessoas, instituições, organizações ou sociedades a partir de diferentes perspectivas e tradições de análise.	Longo prazo (6 a 12 meses)	Artigo baseado em análise de narrativas sobre migrantes cortadores de cana-de-açúcar no Paraná
AVALIAÇÃO DE IMPACTO	Aplica técnicas econométricas para inferência e projeções de tendências com o intuito de oferecer evidências inéditas sobre as causas ou consequências de determinado fenômeno ou intervenção, quando os dados permitem.	Médio prazo (30 a 60 dias)	Relatório sobre Avaliação Biopsicossocial da Deficiência, da Enap
ANÁLISES EXPLORATÓRIAS DE DADOS	Analisa bases de dados previamente estruturadas para investigar padrões temporais, geográficos ou de perfis e características do contexto, do problema ou do público-alvo ou afetado pela política pública.	Médio prazo (30 a 60 dias)	Análise sobre a distribuição geográfica de médicos residentes e especialistas no Brasil, da Enap
ANÁLISE EX ANTE	Analisa o problema que a política busca enfrentar, suas causas, consequências, atores envolvidos e as características da política, seu desenho e estratégia de implementação, com gestão de risco e análise de confiança e suporte.	Médio prazo (30 a 90 dias)	Análise ex ante dos programas de inclusão produtiva rural sob a ótica do policy design, da Enap
QUESTIONÁRIO SURVEY	Investiga diferentes percepções sobre um tema de pesquisa a partir de uma amostra representativa do público-alvo	Médio prazo (30 a 90 dias)	Resultados do survey sobre o serviço civil no Brasil, da Enap

Elaboração própria, construída a partir das referências listadas.
Obs.: o prazo estimado de elaboração dos produtos pode sofrer alterações considerando a capacidade da organização executora.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome. Manual do Pesquisador. **Métodos e técnicas de pesquisa qualitativa**. Brasília: Sagicad, 2023. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/relatorio/relatorio_276.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Serviço de produção de evidências para apoio à tomada de decisão**: portfólio de produtos. Brasília: SCTIE, 2019. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/servico_producao_apoio_evidencias_tomada_decisao_portifolio_produtos.pdf.

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Avaliação de políticas públicas**: guia prático de análise ex ante, v. 1. Brasília: Ipea, 2018. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8285/1/Avaliacao_de_politicas_publicas_guia_pratico_de_analise_%20ex_ante.pdf.

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Avaliação de políticas públicas**: guia prático de análise ex post, v. 2. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/downloads/guiaexpost.pdf/view>.

ENAP - Escola Nacional de Administração Pública. **Avaliação e organização de evidências**. Disponível em: <https://www.enap.gov.br/pt/servicos/avaliacao-e-organizacao-de-evidencias>.

INSTITUTO VEREDAS. **Tradução de conhecimento - Kit de Ferramentas**. Disponível em: <https://www.veredas.org/publicacoes/#105>.



**AGENDA DE PRIORIDADES
DE PESQUISA EM
DIREITOS HUMANOS
2024**

ReneDH

Rede Nacional de Evidências em Direitos Humanos

MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA

